



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



**DINÂMICAS SOCIOTERRITORIAIS DA ATIVIDADE MINERADORA NA
COMUNIDADE DA RESSACA NO MUNICÍPIO DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO
NO ESTADO DO PARÁ (2016 A 2020).**

Mestrando: Gustavo Gazola Pinheiro

Orientador: Prof. Dr. João Márcio Palheta.

Altamira-PA
2021

GUSTAVO GAZOLA PINHEIRO

**DINÂMICAS SOCIOTERRITORIAIS DA ATIVIDADE MINERADORA NA
COMUNIDADE DA RESSACA NO MUNICÍPIO DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO
NO ESTADO DO PARÁ (2016 A 2020).**

Altamira-PA

2021

GUSTAVO GAZOLA PINHEIRO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

RESULTADO: _____

DATA: 30 / 07 /2021

BANCA EXAMINADORA

Prof.º Dr. João Márcio Palheta (PPGEO/UFPA) orientador

Prof.º Dr. José Antônio Herrera (PPGEO/UFPA) convidado interno

Prof.º Dr. José Queiroz de Miranda Neto (PPGEO/UFPA) convidado interno

Prof.º Dra. Márcia da Silva (UNICENTRO)

Examinadora Externo

Altamira-PA

2021

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Linha do tempo Sócio histórica e econômica da Comunidade Ressaca e circunvizinhas.

LISTA DE SIGLAS

ADA Agência de Desenvolvimento na Amazônia

BASA Banco da Amazônia

CFEM Contribuição Financeira pela Exploração dos Recursos Minerais

CPI Comissão Parlamentar de Inquérito

CVRD Companhia Vale do Rio Doce

DNPM Departamento Nacional de Produção Mineral

FMP Fundo de Participação Municipais

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

INCRA Instituto de colonização e Reforma Agrária

IPI Imposto sobre Produto Industrializado

IQVU Índice de Qualidade de Vida Urbana

PAC Programa de Aceleração do Crescimento

PGC Programa Grande Carajás

PIB Produto Interno Bruto

PND Plano Nacional de Desenvolvimento

SPVEA Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia

SUDAN Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

SUDENE Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

UFPA Universidade Federal do Pará

UHE Usina Hidrelétrica

Sumário

INTRODUÇÃO	8
Capítulo I- AS DINÂMICAS DO USO E APROPRIAÇÃO DO TERRITÓRIO NA AMAZÔNIA	13
1.1. O território como abrigo: as trajetórias de uso dos recursos.	13
1.2. As Políticas de Ordenamento Territorial e os Grandes Projetos	21
1.3. A mineração e os conflitos territoriais no Pará.....	26
Capítulo II- CONTEXTUALIZAÇÃO DOS GRANDES PROJETOS MINERADORES NA VOLTA GRANDE DO XINGU	33
2.1 A formação do município de Senador José Porfírio.	33
2.2 A Volta Grande do Xingu e os impactos de Belo Monte... ..	37
2.3 A mineração e os garimpos artesanais na Volta Grande do Xingu -VGX.....	39
Capítulo III- O SIGNO DA HEGEMONIZAÇÃO E A DINÂMICA DE TERRITORIALIZAÇÃO DA MINERAÇÃO NA COMUNIDADE DA RESSACA	42
3.1 Vila da Ressaca e o processo de territorialização do capital mineral.....	42
3.2 Repercussões e dinâmicas territoriais na Vila da Ressaca.....	47
3.3 Projeto “Volta Grande” e possíveis impactos.....	52
Considerações finais	54
Referências	57
Anexos	59

RESUMO

A mineração e suas dinâmicas territoriais na Amazônia, historicamente, são objetos de análise da geografia, bem como suas transformações espaciais. A expansão do capital global sobre os recursos minerários vem transformando as relações sociais e ambientais das comunidades, subordinadas em commodities, apropriando-se da natureza para a ampliação da lógica capitalista, a natureza sendo considerada uma mercadoria, acarretando em diferentes problemas sociais, econômicos e ambientais. Nesse contexto, esta pesquisa destina-se a analisar como ocorre a apropriação do território através das grandes mineradoras na Comunidade da Ressaca no município de Senador José Porfírio no estado do Pará, com a implantação do Projeto Volta Grande, pela empresa canadense Belo Sun Mining Corporation. Afim de alcançar o objetivo da dissertação, como metodologia foram realizados: pesquisa bibliográfica; trabalhos de campo; entrevistas e a tabulação dos dados, com elaboração de mapas e quadros sínteses. A referida comunidade foi escolhida pelas mudanças socioterritoriais significativas que aconteceram com a construção de Usina Hidrelétrica de Belo Monte e atualmente com a possível implantação do Projeto Volta Grande nesta área, justificando a necessidade de pesquisas, justamente em uma área já impactada por um grande projeto. Em contra partida, ao modelo de desenvolvimento, a comunidade da Ressaca reivindica, ser ouvida e reparada, quanto aos danos que vem sofrendo, como no território e no modo de vida.

Palavras chave: Território, comunidade da Ressaca, Belo Sun, Volta Grande e Impactos Socioterritoriais.

ABSTRACT

Mining and its territorial dynamics in the Amazon, historically, are objects of analysis of geography, as well as its spatial transformations. The expansion of global capital over mineral resources has been transforming the social and environmental relations of communities, subordinated to commodities, appropriating nature to expand the capitalist logic, nature being considered a commodity, resulting in different social, economic and environmental issues. In this context, this research aims to analyze how the appropriation of the territory through the large mining companies in the Ressaca Community in the municipality of Senador José Porfírio in the state of Pará, with the implementation of the Volta Grande Project, by the Canadian company Belo Sun Mining Corporation . In order to reach the objective of this dissertation, as methodology were carried out: bibliographical research; field work; interviews and data tabulation, with the elaboration of maps and summary tables. This community was chosen because of the significant socio-territorial changes that took place with the construction of the Belo Monte Hydroelectric Power Plant and currently with the possible implementation of the Volta Grande Project in this area, justifying the need for research, precisely in an area already impacted by a major project. In contrast, to the development model, the Ressaca community claims to be heard and repaired, as to the damage it has been suffering, such as in the territory and in the way of life.

.

Keywords: Territory, Ressaca community, Belo Sun, Volta Grande and Socio-territorial Impacts.

1-INTRODUÇÃO

A Amazônia, nas últimas décadas, tornou-se em uma região de interesses para as grandes corporações multinacionais com instalação de infraestruturas como a construção de usinas hidrelétricas e a extração mineral, caminhos criados para atender a dinâmica da globalização. Esta dinâmica global possibilita vantagens ao que tange a implantação rápida de novas estruturas, abrindo novos mercados produtivos e expandindo o mercado financeiro mundial (Becker, 1994).

A Amazônia como alvo das grandes corporações multinacionais, que instalam-se em região de floresta para a extração de recursos que atendam à produção do mundo globalizado, principalmente a extração de minérios, como é o caso da Vila da Ressaca no município de Senador José Porfírio, as margens do rio Xingu, que tem no discurso do desenvolvimento e do progresso, a justificativa para causar grandes danos ambientais e sociais, por vezes, com o apoio do próprio governo, nesse viés, Chaves (2018, p. 14) nos fala que a Amazônia é:

(...) tratada como fronteira de expansão, a Amazônia brasileira parece maiormente encarada por agentes estatais como uma região de atraso tecnológico e baixo desenvolvimento socioeconômico, condições colocadas como entraves a serem superados. Para tanto a região demandaria intervenções públicas e privadas visando o desenvolvimento e o progresso, justificados pelos interesses nacionais e pelo bem comum ao conjunto da nação. A região é considerada uma importante reserva de riquezas e o Estado tem incentivado investimentos de monta em três grandes frentes de exploração: geração de energia – grande parte da capacidade de expansão do setor hidroelétrico brasileiro está pautada na disponibilidade hídrica amazônica; logística – o Projeto Corredor Tapajós¹ direciona, por exemplo, investimentos para viabilização do transporte de grãos através dos rios da região; e mineração – a Amazônia concentra hoje um terço dos royalties de extração mineral do país (CHAVES, 2018, p. 14).

Segundo o autor o território amazônico é apreendido pelo capital como espaço do atraso, a partir de uma visão que prima pela exploração dos recursos naturais concebendo o território como recurso. Neste sentido, passa receber várias frentes de expansão de infraestrutura como investimentos logísticos e hidrelétrico, intensificando conflitos territoriais, envolvendo atores sociais que resistem a essas frentes de expansão, como se evidencia na implantação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no estado do Pará, sobretudo, na região do rio Xingu conhecida como Volta Grande do Xingu – VGX, localizada no município de Senador José Porfírio,

Sudeste Paraense microrregião de Altamira, que é organizada por meio de vilas e comunidades ribeirinhas e Terras Indígenas.

Recentemente a região da VGX é alvo de um novo empreendimento, agora minerador. O novo Projeto denominado Volta Grande do Xingu, visa exploração de ouro a céu aberto, comandada pela empresa canadense Belo Sun Corporation, que irá impactar mais uma vez a população ao redor desse empreendimento, seja de modo: socioeconômico, socioambiental.

O epicentro do Projeto Volta Grande localiza-se em uma antiga área de reforma agrária, sob responsabilidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). O chamado Projeto de Assentamento Ressaca foi criado em 1982 numa área total de 30.265 hectares, onde 481 famílias foram assentadas (GOMES, 2017, p. 08).

A preocupação está como esses agentes sociais irão se comportar diante da atuação da mineradora Belo Sun, pois os mesmos já tiveram suas vidas impactadas diretamente com a construção da Usina Hidrelétrica Belo Monte - UHEBM. A comunidade da Ressaca, o epicentro do empreendimento, leva-nos a depreender em prática as:

(...) duas lógicas de assimilação do território. A primeira diz respeito ao Território como Recurso, usado para fins de apropriação de seu valor econômico, essencialmente para geração de riquezas a partir da transformação do valor de uso em valor de troca. A segunda pauta-se no Território como Abrigo, garantia dos modos de vida tradicionais, a partir da relação entre o homem e a natureza, adotando práticas mais sustentadas no que diz respeito à permanência no lugar (HERRERA e SANTANA, 2016, p.253).

Os agentes sociais da região da VGX dependem do rio para manter sua existência no local, e com a implantação da UHBM, as famílias ribeirinhas tiveram seus direitos desrespeitados, no aspecto da garantia da manutenção do seu modo de vida tradicional, relação sustentável homem – natureza, sendo obrigados a deixarem o local. A Vila da Ressaca é o principal entreposto comercial da Volta Grande do Xingu, para as demais comunidades periféricas via transporte fluvial, constituída de uma população ribeirinha que sobrevive da pesca e da mineração artesanal que compõem os vários períodos migratórios da Amazônia, que atraiu sobretudo nordestinos no período da economia da borracha (GOMES, 2017).

Neste sentido, questiona-se: Quais as dinâmicas de uso e apropriação do território pelas políticas de ordenamento territorial na Amazônia? E por conseguinte, quais os processos de territorialização do capital mineral na Volta Grande do Xingu, no município de Senador José Porfírio-PA? E por último, de que forma esse capital mineral transforma as dinâmicas territoriais na Vila da Ressaca, na VGX?

Todas estas questões precisam ser analisadas e melhor estudadas, afim de entender as dinâmicas do capital na Amazônia, tal como se apresenta o Projeto Volta Grande, localizado no município de Senador José Porfírio, no qual tem uma extensão onde já houve uma drástica alteração do ambiente natural, provocado pela barragem de Pimental, qual faz parte da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Partindo dessa temática esta dissertação tem como objetivo geral, entender as dinâmicas de uso e apropriação do território pela atividade mineradora na Comunidade da Ressaca no município de Senador José Porfírio no estado do Pará. Os objetivos específicos são:

- ❖ Compreender a dinâmica de apropriação do território a partir das políticas de ordenamento territorial na Amazônia.
- ❖ Identificar os processos de territorialização do capital mineral na Volta Grande do Xingu, no município de Senador José Porfírio-PA.
- ❖ Analisar os rebatimentos no território que envolvem a instalação do “Projeto Volta Grande” na Comunidade da Ressaca.

Concluimos com a hipótese de que os grandes empreendimentos na Amazônia, em destaque o projeto na Volta Grande do Xingu, é visto como Território Recurso, conforme as necessidades, interesses do capital. Em contra partida, a esse modelo de projeto, a comunidade da Ressaca reivindica e se organiza no que tange prejuízos possíveis a partir da implantação da mineradora, no qual as condicionantes na visão da comunidade restringem não só o uso do território, mas seu modo de vida tradicional.

Como procedimento metodológico apresenta-se os seguintes passos: inicialmente foi realizada diversas pesquisas bibliográficas com dois grandes pontos

de estudos. Primeiro, fizemos um aprofundado levantamento de dados bibliográficos impresso e digital disponível sobre Geografia, História, Demografia, Economia, Ambiente, Estrutura Fundiária, Cultura e vida comunitária no município de Senador José Porfírio. Também fizemos levantamentos de documentos relativos à mineradora Belo Sun, à implantação do Projeto Volta Grande e aos possíveis conflitos socioterritoriais, além de material impressos: livros, teses, dissertações, monografias, artigos, jornais, documentos, mapas, figuras, fotografias, etc.

Em seguida foram feitos “campos exploratórios” na comunidade da Ressaca, para efeito o reconhecimento da área estudada, mapeamento das áreas de interesses e seus arredores. Posteriormente, foram realizadas pesquisas de campo com aplicação de entrevista, que tiveram como objetivos levantar dados e informações importantes para ajudar na interpretação e sustentação da pesquisa, com registros fotográficos, um momento de observação e escuta dos comunitários, para uma produção do material de suporte a respeito de como sentem os impactos.

Posteriormente foram feitos tabulação dos dados, transcrição das entrevistas e suas focando nas narrativas dos comunitários, para construção das tabelas e quadros bem como, a produção de mapas através do auxílio de cartas de navegação, como as da Diretoria de Serviços Geográficos do Exército (DSG), do IBGE e Carta- imagem elaborada a partir da utilização das Imagens Landsat 5, atualizada a cada retorno do trabalho de campo.

Os dados de campos foram organizados em três bancos. O primeiro banco foi construído no programa *ArtView* que foram os dados cartográficos. O segundo banco foi organizado em DVDs e corresponderam as entrevistas que foram gravadas no campo. O terceiro banco foi organizado no programa Excel composto por dados gerados a partir das atividades de campo, tanto da entrevista quanto pelas anotações no caderno de campo.

Faz-se mister, elucidar as dificuldades vivenciadas no caminhar e delinear da pesquisa, diante do atual momento pandêmico em que o mundo se encontra, assim, a entrada e acesso aos comunitários foi limitado. Deste modo, as adaptações foram feitas para o desenvolvimento da pesquisa, bem como, as entrevistas e campos, em busca de dados concretos e da percepção e posição dos comunitários.

Assim, a dissertação está dividida em três capítulos, o primeiro busca trazer um aporte teórico conceitual de território e partir das políticas de ordenamento territorial na Amazônia que culminam em grandes projetos, intensificando conflitos pelo uso e apropriação do território. O segundo capítulo, apresenta a áreas da Volta Grande do Xingu as transformações geradas a partir da instalação de Belo Monte, e o processo de apropriação do capital minerador nas comunidades Ilha da Fazenda, Ressaca e Garimpo do Galo. E por último, apresenta-se a Vila da Ressaca no contexto da apreensão do Projeto Volta Grande e seus rebatimentos no território.

CAPÍTULO I

AS DINÂMICAS DO USO E APROPRIAÇÃO DO TERRITÓRIO NA AMAZÔNIA.

Na organização territorial da Amazônia há diversos momentos de mudanças, conduzidas pelas necessidades do tempo ou forçadas por agentes de natureza externa. Essas mudanças têm sido notadas principalmente nos últimos 50 anos, quando o Estado brasileiro passou a incorporar este território a uma lógica de planejamento Regional, definindo áreas estratégicas a incorporação estatal, bem como, espaços seletivos ao estabelecimento de grandes e médias empresas, o que provocou profundas mudanças socioterritoriais à medida que o Estado e capital intervieram.

Portanto, este capítulo e suas seções tem por objetivo, apresentar alguns elementos dessas dinâmicas, conduzidas pela introdução de grandes objetos, impetrados aqui pelas instalações de hidrelétricas e projetos de exploração mineral, que no curso de suas realizações ressignificam o valor do território, onde para muitos tem a função de abrigo, espaço de reprodução da vida e da cultura, e para poucos, puramente como recurso, apenas valor uso na perspectiva econômica. Essa relação dicotômica sobre o destino do território e seu valor tem sido o combustível dos conflitos territoriais que têm marcado a história da Amazônia como um todo.

1.1. O TERRITÓRIO COMO ABRIGO: AS TRAJETÓRIAS DE USO DOS RECURSOS.

Entender as transformações espaciais tem sido umas das grandes motivações da geografia, para isso, alguns conceitos e categorias se apresentam fundamentais como instrumental. Sobre isso, Santos et al (2000), em sua teoria sobre o espaço geográfico convoca-nos a pensá-lo como território a partir de uma abordagem enquanto apropriado e usado. Essa possibilidade, segundo o autor, assume duas condições, ao permitir a leitura dos processos históricos e também a

compreensão deste como base material e social das novas ações humanas, resguarda as causas e efeitos do processo socioterritorial.

O conceito de território usado permite avaliar as complexidades das relações que se estabelecem no território, pois seu caráter processual possibilita correlacionar as escalas estabelecidas entre o lugar, a formação socioterritorial e o mundo (SANTOS et al, 2000). Isso é importante quanto realiza-se uma avaliação da Amazônia em um contexto geográfico, pois esta tem sido, na história espaço de grandes ações, palcos das realizações capitalistas, dos conflitos socioterritoriais e das resistências.

Ao utilizar a óptica de “território usado” para uma leitura da Amazônia deve-se considerar a perspectiva de espaço banal, como sugere Santos et al (2000), “espaço de todos, todo o espaço”, sendo um espaço das mais variadas possibilidades e realizações.

Trata-se do espaço de todos os homens, não importa suas diferenças; espaço de todas as instituições, não importa a sua força; espaço de todas as empresas, não importa o seu poder. Esse é o espaço de todas as dimensões do acontecer, de todas as determinações da totalidade social. É uma visão que incorpora o movimento do todo permitindo enfrentar corretamente a tarefa de análise (...)” (SANTOS et al, 2000, p. 3).

Nesta abordagem, a Amazônia é compreendida como o espaço das diversas possibilidades, para os mais diversos agentes independentes de sua força e poder, e tem sido essa a realidade histórica desse território. A mesma tem sido foco central das grandes políticas do estado brasileiro nos últimos anos, pensada como receptor de variadas políticas econômicas, para ampliação de seu uso recurso.

Para isso, o Estado passou a pensá-la dentro de um modelo planejado, denominado de Amazônia legal, nos anos 1950. Segundo Kohlhepp (2002), os limites da Amazônia legal contam “com cerca de 5 milhões de km², consiste nas florestas tropicais da planície amazônica e da encosta do Brasil central, região que representa 59% da área total do país”. Composta pelos estados da região norte do Brasil (Amazonas, Acre, Amapá, Rondônia, Roraima, Tocantins, Pará), o estado do Mato Grosso e uma parte do Maranhão. No século XX, ela foi alvo de várias políticas desenvolvimentistas, e devido a isso que a região amazônica tem características estruturais e econômica que se difere do restante dos estados brasileiros, principalmente por conter a maior floresta tropical do mundo.

Essa condição em que a Amazônia passa a compor de forma mais efetiva os planejamentos regionais também é apresentada no estudo de Becker (2002). Segundo a autora, diversas nações passam a pensar, a partir do “segundo e terceiro quartéis do século XX” uma política de intervenção forte em suas economias, agindo sobre uma política integradora e centralizada, nesse contexto, o Estado alinhado com outras nações assume para si, uma posição central nas decisões e ações que interferem diretamente nos territórios, a fim de ordenar a partir de suas políticas, principalmente econômicas, denominada de Planejamento Macrorregional". Nestes termos, a Amazônia assume importância central nos planos governamentais, a “Amazônia foi uma região prioritária para a integração nacional nos anos 1965-1985, como é do conhecimento de todos” Becker (2002, p. 18). essa integração marca profundamente uma nova etapa na história da Amazônia.

Essa condição enquanto espaço que concentra recursos naturais, se apresenta para os agentes do capital como ideal para as mais variadas atividades econômicas, objetivando-a puramente como recurso. Sobre isso, Santos et al (2000) apresenta as contribuições do conceito de território usado, ao permitir uma leitura geográfica das estruturas globais que se realizam nos territórios, ao mesmo tempo as complexidades dessas manifestações no uso objetivo.

Isso é importante quando avaliamos esta Amazônia enquanto fruto do planejamento regional do Estado e capital, e seus usos reais, pois esta articulação que se encontram objetivamente no território, tem dos atores com naturezas divergentes e com usos duais, denominados por Santos et al, (2000, p. 12), como “atores hegemônicos” e “atores hegemonzados”. Nesta abordagem temos estratégias e destinos diferentes para o território, essa relação, por vezes, é contraditória, gerando na história da Amazônia diversos conflitos e flexões.

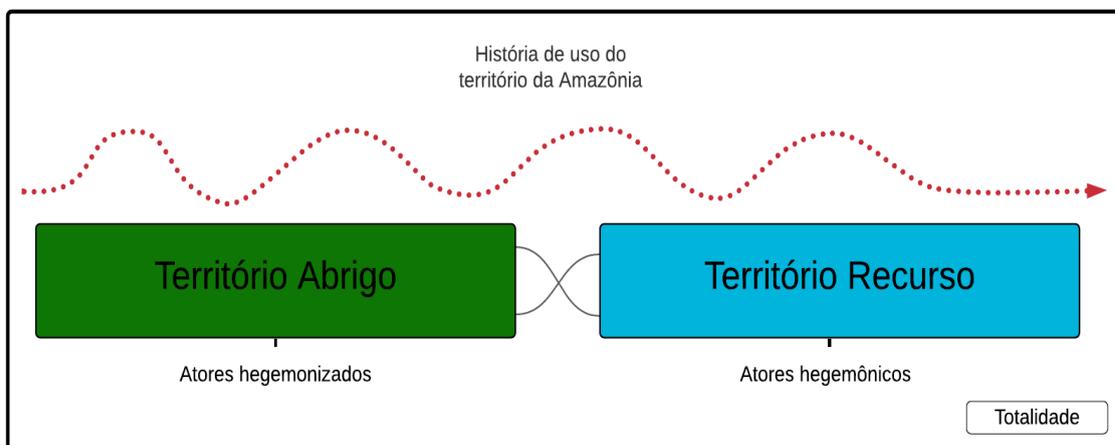
Para os atores hegemônicos o ‘território usado’ é um recurso, garantia de realização de seus interesses particulares. Desse modo, o rebatimento de suas ações conduz a uma constante adaptação do seu uso, com adição de uma materialidade funcional ao exercício das atividades exógenas ao lugar, aprofundando a divisão social e territorial do trabalho, mediante a seletividade dos investimentos econômicos que gera um uso corporativo do território (...). (SANTOS et al, 2000, p. 12).

Sobre essa abordagem, tem-se por compreensão que há em movimento um processo de transformação nas formas de uso do território nas mais diversas

escalas. Ao olharmos para Amazônia, esta abordagem se faz assertiva, pois nesta porção territorial tem sua história marcada por diversas transformações, tendo inicialmente um passado fortemente ligado ao território como abrigo, tendo aqui o papel dos povos indígenas, população tradicional, ribeirinha, camponesa e outras, e o momento mais atual, marcados pelos últimos 50 anos, onde cotidianamente tem-se na Amazônia uma intenção puramente econômica, território recurso, conduzidos por atores hegemônicos, pensando aqui a partir do papel do Estado e capital privado.

Para observar essas duas perspectivas, é importante entender os diversos sujeitos e usos que marcam a Amazônia, pois é necessário compreender outros tempos e sujeitos, não somente os que marcam a história mais recente desse território. No encontro da realidade (Amazônica) na teoria (conceito), entende-se por necessário avaliar processos que conduzem a pensar a dialética relação, por vezes dicotômica, entre 'território abrigo' e 'território recurso'. A figura 01 apresenta-se como ensaio teórico para pensar a história da Amazônia e seus principais agentes territoriais.

Figura 1. Território abrigo e recurso na história da Amazônia.



Fonte: organizado pelo autor, a partir de Santos et al (2000).

Cabe apresentar, que Santos et al, (2000) não sugere pensar o território separadamente, ou seja, somente como abrigo ou recurso, os dois coexistem dialeticamente, estão em constante confrontos, pelo exercício de uma força

hegemônia que defende que pelo poder econômico e político se realiza no território, sobre outros agentes, e por atores hegemônizados que resistem cotidianamente a partir de suas territorialidades, pois não absorvem na totalidade a ordem hegemônica, a contrapõem como forma de resistência.

Como exercício analítico tem-se neste trabalho o objetivo de avaliar, inicialmente de forma separada, essa perspectiva mais forte do território amazônico como abrigo, pensando sobre a atuação dos povos indígenas, dos extrativistas, dos ribeirinhos e das primeiras migrações. Para posterior, apresentar o contexto dos grandes projetos que se realizaram na Amazônia, objetivando os recursos naturais diversos, marcando um ciclo conflituoso na Amazônia.

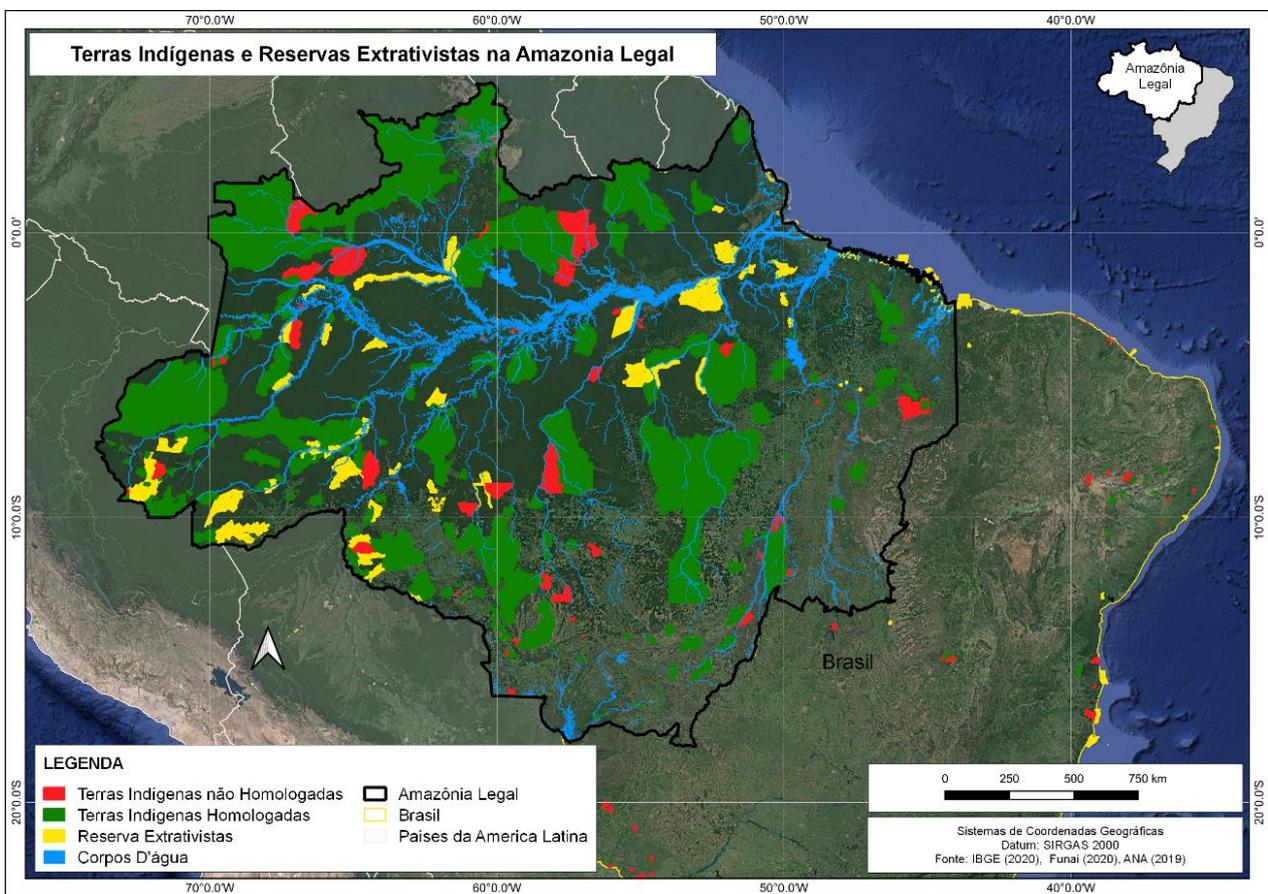
As literaturas têm valorizado um contexto atual da Amazônia, marcando o início destes territórios principalmente após as grandes ações do estado brasileiro, na perspectiva do desenvolvimento regional, assim sendo, a história anterior, por vezes, é esquecida ou minimizada no processo de avaliação. É notório que os últimos 50 anos foram intensos na incorporação da Amazônia à economia globalizada, essa evidência atual inviabiliza seu uso e sujeitos que vêm historicamente também construídos sobre a natureza suas ações particulares.

A história indígena certamente é a mais antiga da Amazônia, sendo os primeiros e reais proprietários do território, neste contexto, é notório os conflitos que envolveram os diversos indígenas com base na Amazônia. Inicialmente, entre as próprias etnias, e posteriormente com os invasores, sendo colonizadores, a igreja, os seringueiros, latifundiários, iniciativa privada e o próprio Estado, sendo em dados momentos difíceis separá-los, estando estes em maioria juntos nas ações de incorporação territorial e subjugação dos indivíduos.

O destaque da relação indígena com o território e seus recursos se faz na avaliação de seu valor, é neste contexto que os primeiros conflitos se iniciam, o valor que a natureza tem para indígenas é antagônico aos agentes que aportam posteriormente. A natureza aqui tem valor de uso, serve a manutenção da vida e cultura, das práticas tradicionais, dos valores fundamentais que simbolizam esses povos, a natureza não significa somente o momento, aquele instante de uso, para estes povos a natureza é futuro, possibilidade de perpetuar suas práticas e valores.

Nestes termos, apesar de conflitarem com os indígenas inicialmente os extrativistas e ribeirinhos têm na lógica de reprodução similitudes com os indígenas, estes têm na natureza as únicas possibilidades de reprodução, os recursos não são utilizados aos esgotamento, o uso racional é princípio para progressão no uso da natureza e na manutenção de seus modos de vida, esses dois sujeitos têm sido grandes símbolos de resistências na Amazônia, pois seus projetos coletivos de uso divergem fortemente dos agentes capitalistas. Há em suas naturezas, profundos conflitos no destino cotidiano da Amazônia.

Figura 2. terras indígenas e reservas extrativista na Amazônia legal.



Essa diferença nas formas em que os indígenas, ribeirinhos e extrativista pensam e usam o território sem ser o principal combustível dos conflitos territoriais, o resultado dessas ações se fazem nas políticas na intervenção do Estado, sendo necessário nestes termos um processo de delimitação geográfica de suas áreas de atual. Dessa forma o Estado entende, que fragmentando e reservando parcelas do território para estes respectivos sujeitos, os demais processos de ocupação e apropriação podem avançar sem maiores dificuldades, fato que não se realiza na

totalidade. A figura 02, apresenta as demarcações de terras indígenas e as áreas de reservas extrativistas na Amazônia Legal

Estes sujeitos têm se organizado no território historicamente, bem antes dos anseios governamentais em integrar a Amazônia à economia nacional, suas práticas é o que melhor tem garantido a conservação dos recursos, pelo uso consciente dos recursos. A condição de território abrigo é conduzida por sujeitos hegemônicos, que segundo Santos et al, (2000, p. 12) “(...) buscando constantemente se adaptar ao meio geográfico local, ao mesmo tempo que recriam estratégias que garantam sua sobrevivência nos lugares.”.

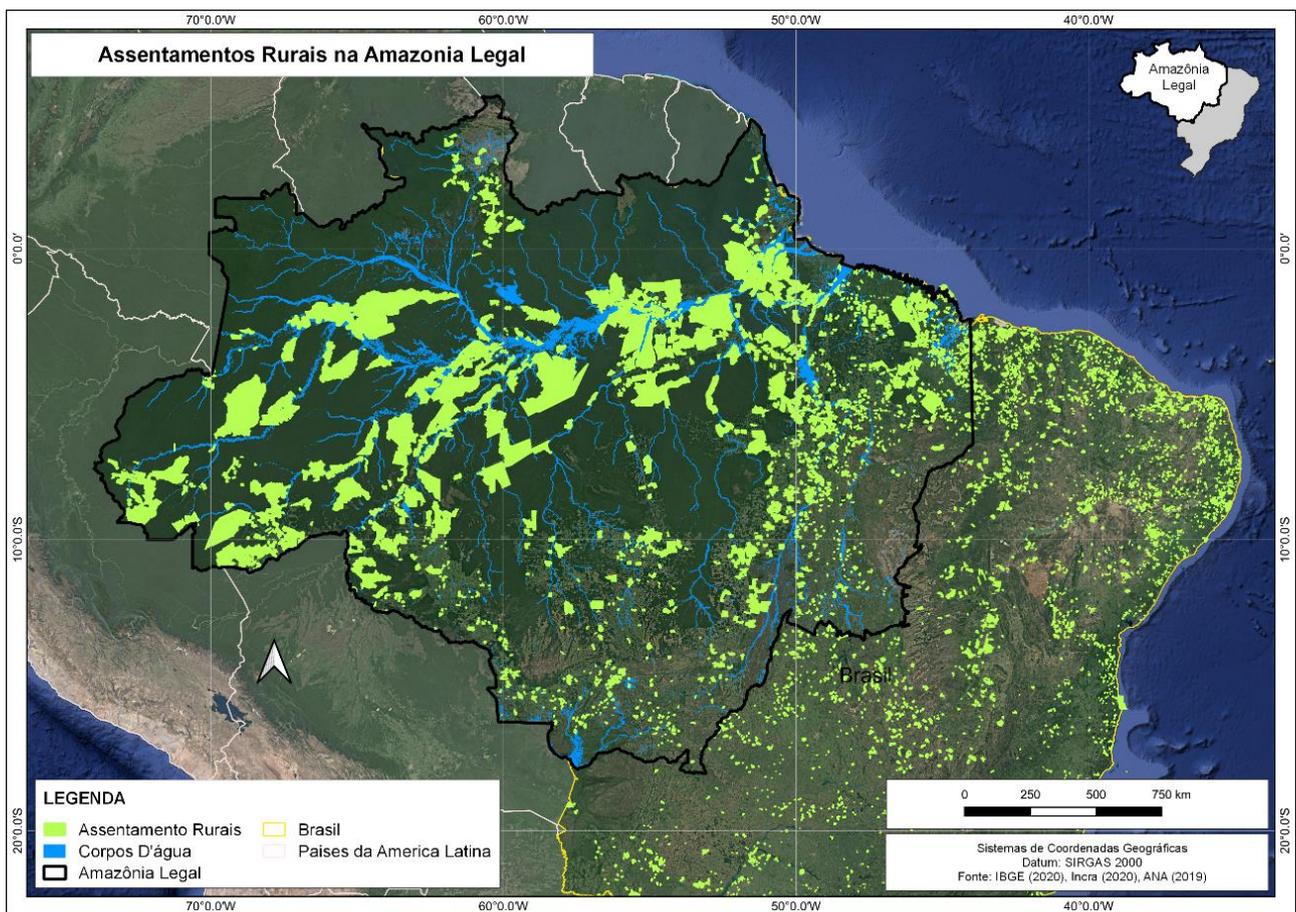
Essa condição de constante adaptação é empreendida pelas forças que esses agentes diversos apresentam, em Santos et al, (2000) é destacada na organização dos atores hegemônicos ou hegemônicos, pois estes não dispõem dos mesmos poderes de comando, levando a uma multiplicidade de ações que se realizam no território, essa tensão entre os encontros desses atores geram situações singulares em todos os lugares. Os indígenas, ribeirinhos, extrativistas e outros diversos sujeitos, têm na realidade da Amazônia uma estratégia de resistência, conduzida pela necessidade de sobrevivência, tendo na natureza a única possibilidade.

Esta mudança na lógica de uso se intensifica a partir de 1960, é neste período que as grandes ações passaram a aportar na Amazônia, o planejamento regional definiu diversas estratégias para consolidação de um território, que traria grandes retornos econômicos aos investimentos do Estado e capital. Para tal, o Estado pensa na ocupação direcionada uma opção de controle e ordenamento da Amazônia, neste período ocorre por indução do governo federal um processo de massivo de migração, apontado por Becker (2004), onde correlacionou este processo com os incentivos fiscais, onde empresas, madeireiras, pecuarista e sojeiros (mais atual), junto ao Estado consolidaram as bases das ocupações dirigidas.

Essa relação entre o governo federal e as iniciativas privadas, resultou no processo desordenado de assentamento na Amazônia, ou seja, o povoamento vem em contrapartida às frentes de expansão que estão em realização no território, conduzidas por grandes empresários, posseiros e pecuaristas. É nesse momento de avanço sobre a fronteira amazônica que Becker (2004) de forma mais categórica as formas de uso do território, onde a terra não é mais ocupada como reserva de valor,

em maioria para um social, agora está passa a ter com muito mais força um uso produtivo, econômico, pensada como recurso. A imagem 03, apresenta as ocupações que se realizaram na história da Amazônia, conduzidas pelo estado brasileiro.

Figura 3. Assentamentos na Amazonia legal.



O resultado da introdução direcionada e pessoas advindas dos mais diversos lugares do país é a possibilidade real de conflitos, fato que acontece cotidianamente. O encontro desses diversos sujeitos, com outros já presentes no território, juntamente com suas diferentes práticas produtivas, culturais e religiosas formam os combustíveis para geração de situações conflituosas, pois a natureza do território para este é diferente. A coexistência de perspectiva de território, recurso e abrigo não se realiza no mesmo lugar, uma deverá prevalecer, e o que determina a sobreposição é a força de seu agente, seja ele o capital, o Estado ou os sujeitos.

Esta abordagem é necessária para assim, dar conta dessa realidade histórica por vezes contraditória, Santos et al, (2000, p. 13) enfatiza que pensar o território é um desafio, que pode ser superado com esta abordagem de abrigo e recurso, sendo possível apreender a “sociedade como ator, e o território com abrigo e, ao contrário, entre o território como ator e a sociedade como objeto de ação”. Sobre essa condição, é importante entender o papel de alguns sujeitos no território, como dos agentes e ações que vêm se realizando temporalmente, por isso, cabe observar com afinco o pelas das políticas territoriais na geração de situações e consolidação de grandes objetos na Amazônia. Pois nos últimos 50 anos este território foi o grande concentrado de grandes estruturas espaciais, fruto das políticas do Estado e capital.

1.2. AS POLÍTICAS DE ORDENAMENTO TERRITORIAL E OS GRANDES PROJETOS

O ordenamento territorial promovido na Amazônia deve ser correlacionado com as macro-políticas de desenvolvimento nacional. Para isso é preciso mudar de uma intervenção públicas, setorial para uma integrada de múltiplas possibilidades (econômicas, sociais e ambientais), almejando um desenvolvimento sustentável. Desde as últimas décadas do século XX e início do século XXI, o Estado tem manifestado com muita força um grande interesse em desenvolver ações de desenvolvimento com caráter econômico, político, social e ideológico na Amazônia (ALVES, 2014).

Este momento inaugura um novo ciclo para o Estado brasileiro, pois deixa para trás um longo período de “ausência” no setor de políticas de territoriais, assumindo um papel primordial no ordenamento territorial na Amazônia, principalmente após a década de 1970. Entendemos esse ordenamento territorial como uma concepção ideológica, formação histórico-cultural e valores locais nas ações políticas e também no encaminhamento de projetos e formas de reestruturação do local (MOREIRA & HERRERA, 2018).

Para Alves (2014) o termo teórico e prático de ordenamento territorial mudou com o passar do tempo, apesar que o pilar dessa temática está intimamente atrelado ao conceito de território. O ordenamento territorial é uma prática comum do Estado, mas não é somente ele que o realiza, essa condição se apresenta quando há

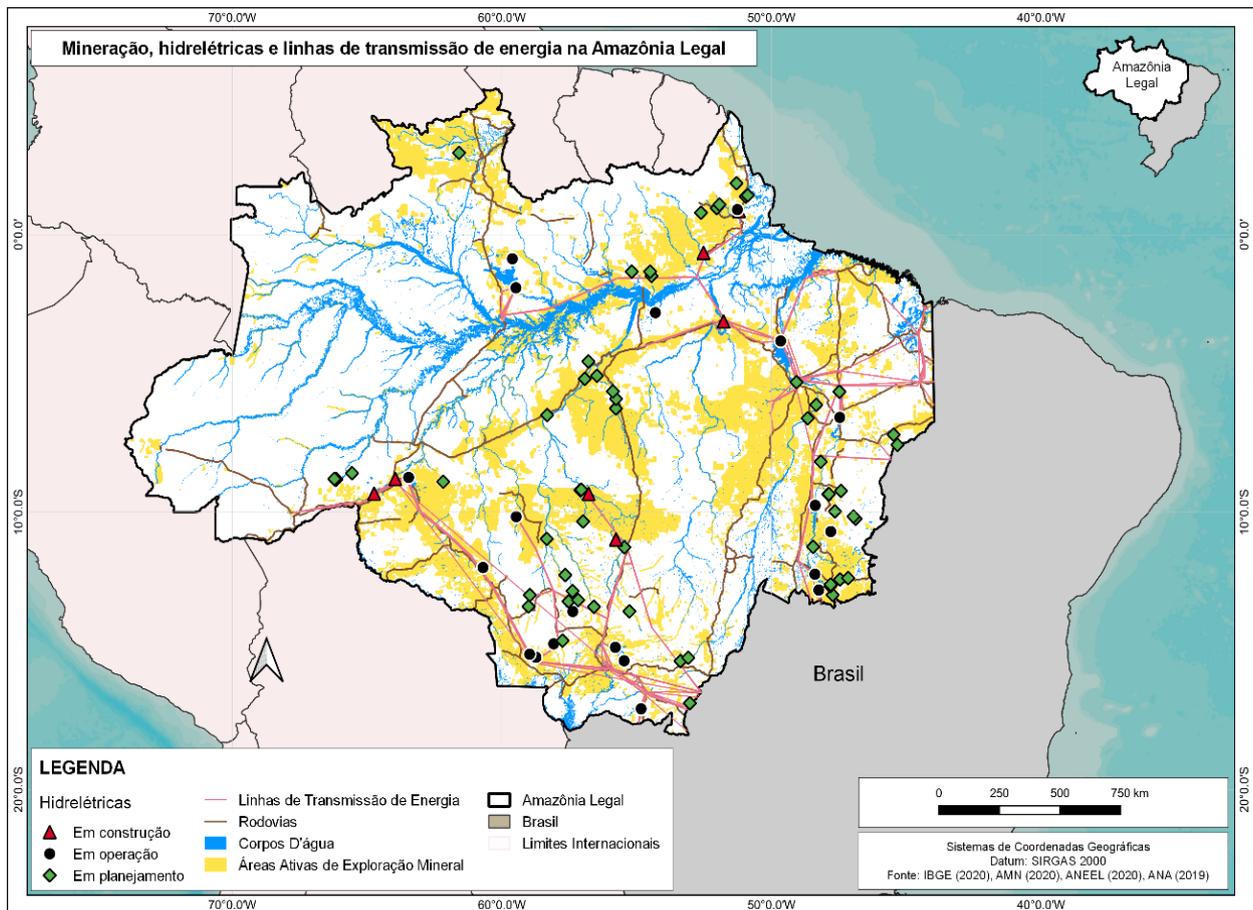
mudanças de comportamento no ordenamento territorial, pois acontecem na medida em que é necessário, isso na Amazônia se apresenta nas políticas territoriais, houve várias ações com objetivos e agentes distintos, mas com objetivo final, ordenar, este resultado final ou temporário é fruto do Estado e dos agentes, hegemônicos ou hegemonzados, mediante os conflitos gerados pelas diferentes intenções.

Um período que marca o processo de ordenamento do território na Amazônia é o período militar no Brasil, o Estado adere um discurso modernista e desenvolvimentista, sugerindo maneiras de melhor resolver os conflitos, de forma impositiva não dando voz a população mais desfavorecida economicamente, firmando sucessivos projetos de desenvolvimento e modernização do território, administrados por agentes sociais mais privilegiados (MOREIRA & HERRERA, 2018). É neste período, que iniciam as grandes políticas e ações territoriais, entre essas aberturas de estradas, hidrelétricas, áreas de mineração e grandes áreas de pecuárias extensivas, todas tuteladas pelo Estado.

O ordenamento territorial neste momento expressa basicamente a capacidade do Estado de pensar a forma como o solo deve ser explorado, com o intuito de designar usos e funções como habilitação industrial, prática de caráter cultural, agricultura, educação, lazer, entre outras (ALBRECHTS, 2004). É com base no conceito estrutural que os documentos eram construídos e com base nas discussões teóricas e análises empíricas, o modelo dos planos de ressarcimento a população afetada contribuem para a aprovação de um padrão de ordenamento com base na otimização do espaço, interesse pela natureza, repressão as organizações sociais e instrumentalização do espaço (MOREIRA & HERRERA, 2018).

Como estratégia de consolidação e fixação do Estado no território, utilizou-se como recurso, a introdução de grandes objetos, essa talvez tenha sido os maiores instrumentos técnicos que subsidiaram a concretização dos planejamentos estatais de intervenção, com destaque temos a instalação de grandes hidrelétricas e áreas de exploração mineral em todo o território, conjuntamente com a abertura de grandes rodovias. A figura 04, apresenta essa política dos grandes objetos, na representação das hidrelétricas e áreas de exploração mineral.

Figura 4 – Grandes projetos objetos na Amazônia



Essa presença de grandes objetos no território, aqui destacados, principalmente pelas hidrelétricas e atividades minerais, é fruto da proposta dos Programas de Integração Nacional (I e II), que objetivou, de início, a construção de grandes rodovias e obras monumentais, junta colonização dirigida, acompanhadas a implantação de projetos agropecuários e agroindustriais. O resultado tem sido uma efetiva apropriação da Amazônia, na perspectiva puramente de recurso, e os grandes objetos explicitam essa condição.

A política de construção de hidrelétricas tem sido amplamente utilizada para dar conta da grande demanda de eletricidade, sendo apresentado, neste contexto, como um instrumento de desenvolvimento econômico e social, dado as quantidades de empregos geradas pelo setor. Porém historicamente, este setor é responsável por uma gama de impactos negativos, tanto ambientais, quanto sociais (PASE et al. 2016). Essas grandes construções inundam grandes áreas, alteram drasticamente o

ambiente, o que para regiões como a Amazônia é extremamente sensível, porque a maioria da sua população depende estritamente dos recursos biológicos (ALHO et al. 2012).

As construções desses empreendimentos trazem como consequências notáveis alterações de atributos hidrológicos, físico-químicos e biológicos do sistema fluvial, alterando notavelmente a fauna e flora aquática (WINEMILLER et al. 2016). É de tamanha importância destacar essas mudanças hidrológicas, biológicas e ecológicas, porque elas geram impactos socioeconômicos no processo (ANDERSON et al. 2018), um desses impactos se faz diretamente na atividade pesqueira, de onde provém as principais fontes de renda das comunidades ribeirinhas na Amazônia (PEREZ et al. 2015).

Sobre as hidrelétricas, diversos levantamentos que colaboram para sua afirmativa de empreendimento impactam profundamente o território, principalmente sociais e ambientais causados. A exemplo, temos a construção da hidrelétrica de Tucuruí que gera 8.196 MW, inundou uma área oficialmente estimada de 2.430 Km². Porém, medidas realizadas por imagens de satélites mostram que a área inundada é maior que a estimada, as imagens indicam que 2.800 Km² foram inundados pelo empreendimento (LIMA et al., 2000). A segunda parte da construção da hidrelétrica foi realizada sem o levantamento dos impactos ambientais, pois alegava que não havia o aumento do nível d'água e não causaria nenhum impacto, no entanto, o nível da água teve aumento e por consequência a expansão do reservatório. As matas ciliares das margens do rio foram inundadas, matas essas que têm um papel ecológico fundamental, além da diminuição em termos de área.

Socialmente, os prejuízos com a construção da barragem de Tucuruí foram principalmente inundações de terras indígenas como a da tribo Parakanã e sua linha de transmissão cortou quatro outras (Mãe Maria, Trocará, Krikati e Cana Brava). Impactos com reassentamento que em Tucuruí foram deslocadas 23.871 pessoas. A cidade ainda sofre com problemas de saúde, pois depois da construção, houve a incidência de uma “praga” de mosquitos do gênero *Mansonia*, eles podem ser os transmissores de verme parasitário que causam a elefantíase. Foram encontrados índices alto de mercúrio nos peixes do reservatório e em cabelos humanos em nível que podem levar a danos fatais.

Outro caso que merece destaque é da usina de Balbina, que foi construída no rio Uatumã, o Amazonas, é considerada um dos maiores desastres ambientais do mundo, estabelecendo em seu projeto área de um reservatório com nível de 46 m, porém não foi o que aconteceu, o reservatório atingiu nível de 50m, formando um lago de 2.360 Km² com estudos posteriores.

Durante a construção de Balbina a reserva de Waimiri-Atroari teve parte do seu território inundado (FEARNSIDE, 1989). Esta reserva já havia perdido 80% da sua população na construção da rodovia BR-174 que atravessa a reserva (CARVALHO, 1982).

No estado de Rondônia foi construída no ano de 1988 a barragem de Samuel (210 MW), com um lago 540 Km² (FEARNSIDE, 2005). Não diferente de Balbina, a usina de Samuel teve um custo ambiental muito alto para poucos benefícios. Samuel ficou marcado por impacto que a difere das demais hidrelétricas, as toras que eram retiradas do futuro reservatório eram exportadas, atividade que é vedada ao país desde 1965, contudo, foi aberta uma exceção para essa prática, dando margem para um processo de exportação ilegal de madeira na Amazônia ocidental, calçada pela construção da hidrelétrica (FEARNSIDE, 2005).

São diversos os casos e prejuízos socioambientais conduzidos por empreendimentos hidrelétricos na Amazônia, este modelo energético tem carregado profundas falhas, mas ainda é um instrumento utilizado pelo Estado. Um caso mais recente é a construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu, com área prevista de reservatório em torno de 516 Km² (Brasil, ELETROBRÁS, 2009).

Sobre a instalação da UHE Belo Monte a diversos estudos que aprofundam sobre os impactos e conflitos gerados no processo de instalação, apesar das políticas mitigatórias conduzidas pelo empreendimento junto aos agentes locais, não há em sua totalidade uma compensação que equipare aos danos provocados. Sobre isso, Herrera; Santana (2016) apresentam os impactos diretos na vida ribeirinha do trecho de vazão reduzida do empreendimento, em que uma lógica nova toma conta do território, o empreendedor passa a direcionar esforços para controle absoluto dos recursos, desterritorializando um conjunto de famílias no entorno, processo que trouxe profundas mudanças na organização sociais e no ambiente dessas famílias.

(...) Com a predominância do território como recurso em função do grande empreendimento hidrelétrico, compreende-se que há a desterritorialização dos sujeitos locais, ou seja, há ruptura de suas referências na relação com a natureza e nas próprias interações sociais entre os sujeitos (HERRERA; SANTANA, 2016, p. 253).

Os autores expressam bem como introdução dos grandes objetos ressignificam os usos do território, a nos termos desses empreendimentos uma valorização maior os recursos na perspectiva puramente econômica, os sujeitos, suas identidades, relações sociais e a própria relação com a natureza tem pouco valor ou nenhum aos capitalistas, o que importa nesta relação é puramente o valor econômico do território, daí a mudança na lógica de abrigo para recurso, conduzidos por empreendimentos na Amazônia, e neste contexto, tem-se por resultado uma história de conflitos que se realizam contidamente.

1.3. A MINERAÇÃO E OS CONFLITOS TERRITORIAIS NO PARÁ

Amazônia legal é conhecida como a região que abriga o maior ecossistema de seres vivos do mundo, dentre elas espécies que ainda nem foram catalogadas. Essa região apresenta um excelente potencial econômico, capaz de suprir o atual ardil capitalismo. O território amazônico, por ser uma região rica, já foi palco de grandes conflitos, como os de Eldorado dos Carajás e de Pau D'arco no estado do Pará. É notável o histórico de extração mineral na região e sua expressiva contribuição para o PIB nacional segundo os dados da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, o que equivale a 65% do valor das exportações brasileiras (CASTRO, 2016). A atividade de mineração está disseminada por vários estados brasileiros, mas o principal foco de produção está na Amazônia brasileira.

A Região Norte do Brasil é composta por 450 municípios e sua maioria estão ligados a extração mineral. Estas cidades mineradoras apresentam uma economia um pouco peculiar, dependendo de indústria mineradora, e a maioria desses empreendimentos em pleno funcionamento há mais de vinte anos e são minas, siderurgias e outras indústrias de mineração.

Em 2011, a indústria mineradora no Brasil empregou mais de 177.827 trabalhadores, com exceção do setor de petróleo e gás. Tendo a região norte como

maior empregadora nesse setor e destacando como maiores contribuintes os Estados do Amapá, Rondônia, Roraima, Pará, Acre e Amazonas (DNPM, 2012). Neste mesmo ano, o Pará foi responsável por 30% da produção total de ferro extraído no Brasil. Parauapebas sozinho foi responsável por 24% dessa produção e no campo de contratação de mão-de-obra ela emprega 5% de todos os trabalhadores da indústria mineradora, sendo de fato uma potência no setor de mineração de ferro e cobre. A implantação de projetos mineradores nas regiões provoca inúmeras e grandes modificações que contribuem para o crescimento populacional, econômico e fragmentação territorial dos municípios.

O desenvolvimento econômico dessas regiões que desenvolvem atividades mineradoras, principalmente onde estão instalados os grandes projetos, atraem outros tipos de serviços que atendem as novas demandas da população, como bancos, atendimento de saúde, comércio, escolas entre outros serviços. Esses novos serviços implicam na expansão das cidades, porque começam a surgir novos bairros devido ao crescimento populacional, proveniente da imigração de pessoas que buscam nessas regiões trabalho e melhor qualidade de vida, e também por empresas terceirizadas prestadoras de serviços das mineradoras (PALHETA & OLIVEIRANETO, 2017).

As cidades que sediam esses projetos são usufruidoras de recursos financeiros resultantes das atividades mineradoras, como a Contribuição Financeira pela Exploração dos Recursos Minerais (CFEM), junto com aqueles advindos dos serviços (ICMS), do aumento populacional (FPM) e do Imposto Sobre Produto Industrializado (IPI), que impactam significativamente na receita desses municípios. O papel desses municípios é converter esses recursos em benefícios sociais, para as populações atingidas pelas atividades das mineradoras (PALHETA & OLIVEIRA NETO, 2017).

É nítido o poder econômico advindo das mineradoras, elas geram recursos diretos, relativos à mineração e indiretos provenientes da industrialização, dinamização da economia regional, atração populacional e circulação. Esses recursos que embasam um desenvolvimento regional citando a circulação como resultado do emprego gerado, por consequência da industrialização (PALHETA & OLIVEIRA NETO, 2017).

As mineradoras são capazes de proporcionar inúmeros benefícios para a comunidade, porém, precisa de um governo responsável e comprometido com a diversificação da economia e infraestrutura que proporcione transportes eficientes, educação, capacitação tecnológica, saúde e saneamento de qualidade. Esses princípios ecoam não apenas no desenvolvimento humano, mas também minimizam os impactos socioambientais negativos resultantes da extração mineral (VILLA VERDE; ALAMINO & FERNANDES, 2014).

Junto ao crescimento econômico, a mineração surge alguns impactos negativos que em alguns casos deixam de ser um efeito inesperado, e assumem característica de essencialidade na atividade. É evidente que a extração mineral proporciona grandes proveitos para o desenvolvimento regional, contudo é de suma importância que analisar outros aspectos tais como político, ambiental, social e cultural.

Ao se consideraras dinâmicas territoriais da implantação de uma mineradora, devemos levar em consideração alguns pontos, tais como a diversidade, qualidade e quantidade do minério mapeado na região. Na Amazônia, estão situadas as maior jazidas de ferro, cobre e ouro do mundo, também possui jazidas expressivas de alumínio, caulim, níquel, bauxita, estanho e calcário. Por isso se faz necessário o debate sobre o futuro do território amazônico com relação a mineração (PALHETA & OLIVEIRA NETO, 2017).

Outro ponto é a dependência da economia da região amazônica das grandes mineradoras e as inconstância do mercado internacional que pioram nas regiões de minério, por criar economias superespecializadas, onde se desenvolve apenas uma única atividade motora (PALHETA & OLIVEIRA NETO, 2017).

Na região são desenvolvidas a mineração industrial e garimpeira. Na industrial as empresas de maior porte, como por exemplo a Vale, transformam o subsolo em estoque de recurso que estão associados a redes de comando, circulação e controle, com conectividades em inúmeros continentes. Elas podem ativar esses estoques quando é conveniente para elas porque levam em consideração condicionantes locais e globais, podendo também desativar esses estoques dependendo das condicionantes.

Já na garimpeira, elas apresentam outro nicho de trabalho. Apresentando características principalmente artesanal ou semi-artesanal, elas utilizam um grande número de mão-de-obra de caráter absolutamente exaustivo. Nessa dinâmica de trabalho, é possível notar a supremacia da violência e controle como parte da atividade. Também é preocupante a quantidade de dejetos e rejeitos que são lançados no lençol freático.

Ao se implantar uma empresa em uma jazida, as mineradoras não levam em consideração nada que esteja na superfície. A cada implantação de uma mineradora da região da Amazônia legal é possível observar novas formas de conflitos, sendo eles principalmente em escala local entre a exploração do subsolo e as dinâmicas de territórios tradicionais, exploração do subsolo e o ecossistema e exploração do subsolo e as dinâmicas territoriais anteriores. Por todo, território amazônico é possível encontrar conflitos gerados a partir da atividade de extração de minério, principalmente com quilombola, pequenos agricultores, extrativistas, povos indígenas, pescadores artesanais e ribeirinho.

Por apresentar inúmeros problemas, tanto social quanto ambiental, a indústria de minério demonstra que sua atividade se desenvolve a partir da combinação entre o processo de acumulação primitiva permanente do capital e o processo de acumulação por espoliação. E no território em que atividade não cresce a partir da violência e da força, desenvolve por meio de bases políticas e jurídicas, e acabam contribuindo minimamente para as comunidades locais e deixando grandes prejuízos ambientais.

Quanto maior a diversidade e quantidades de minérios, maior e mais complexos conflitos gerados. Nessas regiões, é expressiva a disputa territorial entre empresas e populações, inúmeros conflitos sobre embates acerca das porcentagens compensações e impostos gerados pela atividade, entre outros incontáveis conflitos gerados com a implantação das mineradoras.

O discurso que embasa a implantação de mineradoras tem como eixo de pauta política reivindicações relacionadas a royalties, impostos e verificação da produção, não se pode sustentar por muito tempo, porque logo mostrou seu caráter ideológico que mascara dois principais elementos que devem ser posicionadas na centralidade, controle e a democratização do território.

O debate que associa mineração a desenvolvimento colocando no eixo central da pauta política reivindicações relacionadas à royalties, impostos e verticalização da produção se esgotou mais rápido que as jazidas e se mostrou uma ideologia que omite os dois elementos que devem ser colocados na centralidade: o controle do território e a democratização da riqueza mineral (PALHETA & OLIVEIRA NETO, 2017).

No que de respeito aos impactos ambientais, trata-se de um ponto que requer muita atenção principalmente por uma região cuja maior parcela de sua superfície está inserida na bacia hidrográfica do rio Amazonas (maior rio do mundo tanto em volume d'água quanto em extensão). A maioria dos projetos mineradores favorecem a erosão do solo, sedimentação e diminuição da qualidade da água.

São inúmeros os impactos causados pela sedimentação e erosão, esses fenômenos podem causar impactos de longo e curto prazo e particulado na coluna de água superficial por conta da baixa qualidade da água podem causar efeitos tóxicos nos peixes (SALES, 2018).

A deposição de sedimentos juntamente com os minerais presentes podem baixar o pH ou a carga de metais em águas superficiais e gerar poluição persistente em águas mediterrânea os sedimentos podem diminuir o pH do solo o que acaba modificando microbiota do solo e vegetação. A emissão atmosférica é outro ponto e se debater sobre a mineração, segundo o Guia de Avaliação de Estudo de Impacto Ambiental de Projetos Mineiros (ELAW, 2010), o transporte de emissão de ar acontece durante todo o período de funcionamento de uma mina, a emissão acontece porque durante o seu funcionamento é preciso realizar atividades que mobilizam grandes quantidades de material e maquinários. As principais fontes de poluição do ar são os materiais particulados transportados pelo vento e emissões gasosas de queima de combustível.

Esses poluentes causam danos à saúde humana e ao meio ambiente. A mineração em grande escala é capaz de causar grandes danos ao ar, principalmente no seu período de funcionamento. As atividades desenvolvidas em uma mineradora exigem a utilização de equipamentos do tipo de gerador de energia, processos e matérias que acabam gerando poluentes que danificam a atmosfera, como metais pesados, monóxido de carbono, materiais particulados, óxidos de nitrogênio e dióxido de enxofre (SINGH, 2015).

A mineração por apresentar inúmeros riscos, acaba ameaçando os recursos naturais da Amazônia, principalmente os recursos hídricos, porque um único desastre pode ocasionar o desaparecimento de milhares de organismos além de alterar o modo de vida das comunidades ribeirinhas. Os níveis de recursos hídricos e os impactos ocasionados pelas mineradoras ocorrem no mínimo em três níveis. São elas o elevado consumo de água, extração em si, que pode rebaixar do lençol freático e o risco de contaminação dos corpos d'água (MILANEZ, 2017).

A água é a principal matéria-prima na extração mineral, apesar da sua reutilização ser alta. O consumo varia entre 1,1 m³/t a 4 m³/t, dados mostram que a água utilizada por mineradoras pode uma de 1,6 milhões de pessoas. Outro problema recorrente é o rebaixamento dos lençóis freáticos, esse fenômeno ocorre porque é comum escavação que chegam a atingir os lençóis freáticos e para que eles possam ter acesso ao minério, são retiradas a água desses lençóis. Essa ação diminuindo o fluxo de água dos rios, a perda da qualidade da água superficial ou subterrânea e a redução do volume de água em poços (ELAW, 2010).

Outra consequência proveniente dessa atividade são os impactos causados são os problemas provenientes das barragens de rejeitos, os impactos incluem poluição contaminação de águas subterrâneas e das águas superficiais que recebem suas descargas. Essa contaminação acontece porque substâncias tóxicas são lixiviadas para o subsolo. Os rejeitos produzidos são muitos e por isso fica difícil de conter os níveis de substâncias tóxicas produzidas (arsênico, chumbo, cádmio, cromo, níquel e cianeto) (ELAW, 2010).

O principal problema é quando essas barragens acidentalmente se rompem e causam catástrofes iguais os ocorridos no estado de Minas Gerais, onde os dejetos dessas barragens atingem os rios causando contaminação dos rios por metais, assoreamento, elevada mortalidade de peixes, destruição de mata ciliar e interrupção de sistemas de abastecimento públicos (ZONTA E TROCATE, 2016).

A dinâmica de outras atividades como agronegócio, exploração madeireira entre outras atividades que estão em ascensão na Amazônia elevam o número de conflitos na região o que acaba destacando a Região Norte como a mais problemáticas em sociais do país, por apresentar o uso contraditório do território.

Estudos mostram que a riqueza retirada do território nunca foi utilizada a favor das comunidades atingidas. O risco de atrelar a economia da região à mineradora é que essas atividades dependem diretamente do mercado internacional e de suas oscilações.

A verdade é que os discursos de desenvolvimento regional levantado pelo empreendimento minerador, não se sustenta porque nem minimizar os conflitos da região e muito menos ter melhorado a qualidade de vida da população regional. É preciso de novas políticas públicas que evidenciem primordialmente o desenvolvimento regional, levando em consideração o debate sobre o controle do território e democratização da atividade mineradora.

CAPÍTULO II

CONTEXTUALIZAÇÃO DOS GRANDES PROJETOS MINERADORES NA VOLTA GRANDE DO XINGU

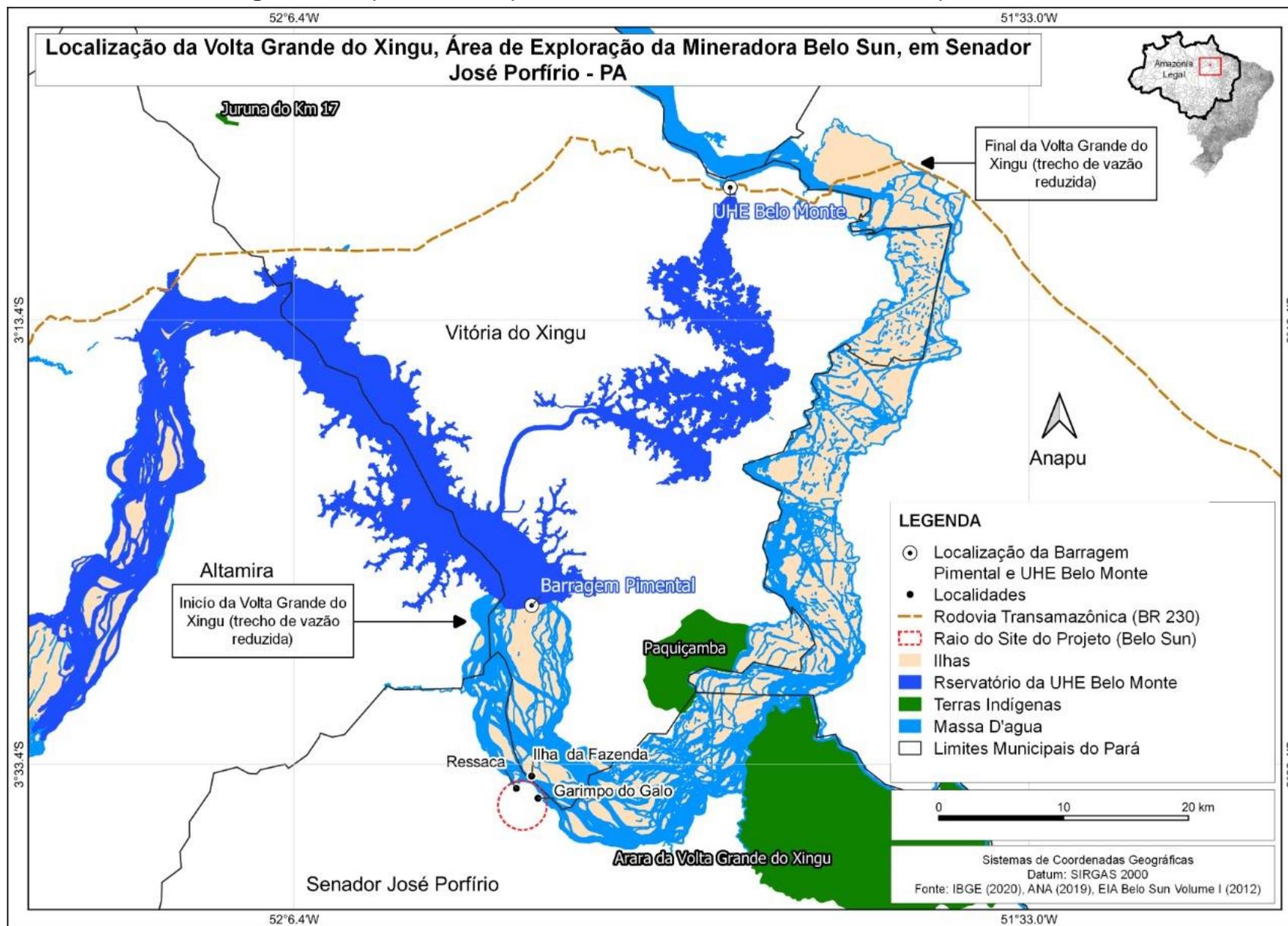
Este capítulo tem por objetivo identificar o processo de apropriação do território na Volta Grande do Xingu, no município de Senador José Porfírio-PA, e encontra-se dividido em três partes, a primeira trata da formação do município de Senador José Porfírio, conhecido como Souzel, para melhor compreender os processos de exploração do território pelo minério na Volta Grande do Xingu.

2.1 A formação do município de Senador José Porfírio

O município de Senador José Porfírio localizado no estado do Pará pertence à mesorregião do Sudeste Paraense e microrregião de Altamira. Seu principal rio é o Xingu. Sua história remete desde as missões jesuítas, contudo sendo habitado desde outros tempos, por povos indígenas. Em 1758, foi concedido o título de freguesia pelo governador Francisco Xavier. Sua segunda elevação se deu em 1874, com a criação do município de Souzel, sendo extinto em 1921. Somente em 1961 foi elevado à categoria de município de Souzel, através da lei estadual N2460, em janeiro de 1970 passou a ser chamado de Senador José Porfírio. Neste período, a economia era voltada para a extração da borracha e das drogas do sertão. (IBGE, CÂMARA MUNICIPAL, 2021).

Atualmente o seu quadro socioeconômico é de uma média salarial mensal de 2.3 salários mínimos; na educação a taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade é de 92,4%, sendo o IDEB com uma nota de 4,1; com taxa de mortalidade infantil média de 13.11 para 1.000 habitantes;

Figura 6: Mapa do município de Senador José Porfírio, em destaque.



Desconhece-se a época da doação da primeira Capitania no Xingu, a Gaspar de Abreu Freitas e, também, do revestimento da mesma à coroa. Porém, após o abandono desta capitania, os padres da Companhia de Jesus ali chegaram e, em 1639, fundaram juntamente com índios, um aldeamento com o nome de Arucarará ou Aricarará (LESSA, 2007).

A missão se desenvolveu, e, com isso, em 1758 o Governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado concedeu-lhe o título de Freguesia sob o padroado de São Francisco Xavier. Nessa condição, permaneceu até a Independência do Brasil. Na mesma época, os jesuítas foram expulsos do Brasil e a missão foi elevada à categoria de Vila com a denominação de Souzel (EMERIQUE, 2009).

Em 1833, com a nova divisão da Província do Pará, a Vila de Souzel foi extinta e restaurada em 1874. Contudo, em 1921, o município de Souzel novamente foi extinto e o seu território foi anexado ao município de Porto de Moz, donde desmembrou-se, somente, em 1961, quando adquiriu sua emancipação político-administrativo, em definitivo, com o nome de Senador José Porfírio, em homenagem ao antigo político José Porfírio de Miranda Júnior (LESSA, 2007).

Elevado à categoria de município com a denominação de Senador José Porfírio (ex-Souzel), pela lei estadual nº 2460, de 29-12-1961, desmembrando-se de Porto de Moz e de Altamira, com sede no antigo distrito de Souzel, as pessoas nascidas no município de Senador José Porfírio recebem o gentílico de porfiriense (LESSA, 2007).

De acordo com dados do IBGE de 2020, a população de Senador José Porfírio é estimada em 11.480, havendo uma perca populacional de quase 10% da população nesse período, já que a população em 2010 era de aproximadamente 13.045 habitantes de acordo com o Gráfico 1, distribuídos da seguinte forma: 6.470 habitantes na zona urbana e 6.575 habitantes na zona rural.

Gráfico 1: População urbana e rural do município de Senador José Porfírio em 2010



Corroborando com esse dado, o crescimento populacional do município de Altamira no período da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, a partir do ano de 2010, um novo cenário se instaura na estrutura urbano-regional, com significativo aumento da população urbana e alterações na dinâmica econômica (NETO; HERRERA, 2016). De acordo com moradores da comunidade Ressaca, donos de garimpos venderam suas terras para a empresa Belo Sun, e esta fechou os garimpos, causando retirada de muitas famílias da região, havendo conseqüentemente uma perda econômica.

Segundo Lessa (2007), a economia, é baseada na extração de madeira, minérios, funcionalismo público, comércio formal e informal. A produção agrícola ainda é em pequena escala e os produtores comercializam seus produtos na feira específica, destinada para esse fim, denominada de Feira do Produtor rural (LESSA, 2007). Em relação à manifestação cultural, está diretamente relacionada a religiosidade, mantendo as tradições religiosas, como: as festas de São Benedito, na Igreja Católica, e São Benedito das Fortunas, onde são apresentadas as danças típicas da comunidade porfiriense, em destaque a Dança

do Gambá¹. Além do arraial das Festas de São Francisco Xavier, da Igreja Católica e as festas folclóricas realizadas nas escolas públicas municipais e estadual.

Em relação ao lazer, os mais comuns são: ir para a praia na frente da cidade, frequentar bares e restaurantes e pescar, muitas pessoas o fazem como lazer. As comidas típicas da região são: prato de festa é tartaruga, principalmente assada no casco feito farofa; peixes fritos, assados e cozidos são muito comuns na gastronomia Porfiriense. “Os Porfirienses gostam de comer Caratinga com casca e nó, ou seja, assado com escamas e vísceras, que são retiradas após aprontar, acompanhado de molho de pimenta com tucupi, sal e farinha”. Muito comum no período de janeiro a março, quando a quantidade de Caratinga é abundante no Rio Xingu. (LESSA, 2007).

2.2 A volta Grande do Xingú e os impactos de Belo Monte

A região identificada como Volta Grande do Xingu corresponde a uma curva no rio Xingu de 100 quilômetros, localizada no município de Senador José Porfírio, onde suas margens e ilhas foram sendo ocupadas por migrantes ao longo dos anos, como uma das consequências dos grandes projetos na Amazônia, ocorrendo ciclos de invasão de territórios até então indígenas, possuindo uma diversidade populacional, entre ribeirinhos, indígenas, garimpeiros e agricultores, com a instalação da UH de Belo Monte, houve drásticas alterações no ambiente do rio (ALES, et al, 2015).

Com a redução da vazão da água no trecho da Volta Grande que banha muitas comunidades como vilas da Ressaca, Ilha da Fazenda e Garimpo do Galo, além Terras Indígena (TI): Paquiçamba, Arara da Volta Grande, Trincheira-Bacajá e Arara, o ambiente fluvial foi impactado, sobretudo na diminuição de peixes e

¹ A Festa do Gambá é o festival cultural mais antigo de nossa região, conhecido a mais de 200 anos, e que teve seu início em 1723, antes conhecido como Festividade de São Benedito. O nome Gambá foi dado a festa quando, nesta ocasião, foram construídos dois tambores em pau ocado e de um lado revertido com couro de animal e por ter um perfume desagradável deram o nome de Gambá, criando também nesta mesma época os principais personagens desta tradicional festa, A Rainha e o Recongo. É uma festa tradicional realizada todos anos nos dias 28/ 29 e 30 de junho (Secretaria de Turismo do Pará, 2021).

sobre a fauna aquática em geral, possibilitando a extinção de espécies, prejudicando a pesca na região e a segurança alimentar das famílias ribeirinhas e indígenas (SANTOS et al, 2012). Neste sentido, Zuanon et al (2020), afirma que Belo Monte interfere na dinâmica hidrológica do rio Xingu ao desviar a maior parte da vazão para fora desse trecho da Volta Grande:

É nesta região de excepcional diversidade socioambiental que desde 2011 está sendo instalada a Usina Hidrelétrica (UHE) Belo Monte, cuja Área Diretamente Afetada (ADA) envolve dois reservatórios, duas barragens, um canal de derivação e o Trecho de Vazão Reduzida (TVR) que corresponde a 100 dos 130 quilômetros da Volta Grande do rio Xingu. Para poder operar, a usina foi construída sob a lógica de engenharia que irá manter a Volta Grande do Xingu como TVR, submetida a uma redução de até 80% da vazão de água, desviada para operar as turbinas da casa de força principal. Essa redução, determinada pelo que se definiu como hidrograma de consenso (HC), trará uma série de impactos, em parte já prognosticados, que poderão inviabilizar a vida como a conhecemos na região (Zuanon, et al, 2020, p. 23).

Segundo os autores, o Trecho de Vazão Reduzida (TVR) aponta uma redução de 80% do nível da água, que afeta a vida como um todo da região da Volta Grande do Xingu, havendo mortandade de peixes ocasionado pela falta de frutas, que não mais caem na água e sim na seca em lugares que deixaram de alagar devido a vazão, alterando a desova, impossibilitando a reprodução de espécies, como os quelônios, além do aumento da temperatura da água que altera mais ainda o ambiente do rio (ZUANON, 2020).

Outros impactos que podem ser observado na região da VGX é a inibição de fluxo de sedimentos, ocorrendo a erosão lateral desse trecho do rio, modificando as planícies de inundação, impactando na navegação, além da alteração da qualidade da água, causando mal-estar na população, irritação na pele e nos olhos (ZUANON, 2020). Devido as suas características geológicas o Trecho de Vazão Reduzida – TVR possui uma grande reserva de minério, principalmente de ouro, que é alvo de outro grande projeto nesta mesma área, isto é, a área da Volta Grande é o território de intensa disputas aqueles que hegemonizam e as populações locais que são constantemente harmonizadas. Para melhor compreender este processo no território, se faz necessário

compreender as dinâmicas de uso e exploração dos garimpos artesanais na Volta Grande do Xingu.

2.3 A mineração e os garimpos artesanais na Volta Grande do Xingú -VGX

A abertura das atividades de extração na região da Volta Grande teve início em 1920, com a extração do látex pelos soldados da borracha, vindos do Nordeste. Estes soldados da borracha, como eram chamados os nordestinos que foram enviados para esta região para extrair látex, enfrentaram muitas adversidades. Travaram batalhas com os indígenas que estavam defendendo seu território, enfrentaram diversas doenças tropicais, como malária, febre amarela, pneumonia, além de lidar com mosquitos, piuns e outros insetos comuns na área (EMERIQUE, 2009). Os sobreviventes destas intempéries regionais fixaram residência em Altamira e municípios próximos e também na VGX.

Com a abertura dos garimpos na década de 1930, surgiram na Volta Grande as comunidades da Ilha da Fazenda e Ressaca. Desde então, tem sido frequente a presença de empresas de extração de minério neste trecho do rio. A seguir apresenta-se o quadro 1, mostrando uma linha do tempo dos diversos momentos de exploração do minério no território.

Quadro 1: Linha do tempo Sócio histórica e econômica da comunidade Ressaca e circunvizinhas.

PERÍODO	FATO HISTÓRICO
1920	Chegada de migrantes na região da volta grande para exploração do látex.
1930	Início da extração de minério na Grota do Manoel Grea, primeiro garimpo da comunidade Ressaca, em frente à Ilha da Fazenda.
1940	1943-Aberto o garimpo do Itatá por Pedro Souza, Ademar e Nicácio que saíram da Ilha da Fazenda e foram extrair minério no Itatá.
1960- 1962	1960-Prefeito autoriza a extração de minério. 1961-Muitos índios foram mortos sob o comando de Salúde Almeida. 1962-Emancipação do Município de Senador José Porfírio, na

	gestão do prefeito José Alves Rebelo.
1970-1978	<p>1970-Início da gestão do prefeito Elomar Moreira;</p> <p>1974 Extração de ouro de forma artesanal, início da gestão como prefeito do senhor José Moreno, da Ilha da Fazenda, grande comprador de borracha da localidade;</p> <p>1976-Chegada do senhor Henrique à comunidade, primeiro proprietário das terras da Ressaca.;</p> <p>1978-Gestão do prefeito Francisco Merêncio que incentivou a abertura dos garimpos;</p>
1980-1989	<p>1982-Início das operações da empresa Oca Mineradora.</p> <p>1983-O senhor Pedro Augusto adquiriu a primeira “chupadeira” utilizada na região, na extração de minério. O senhor José Barreto começou a utilizar a balsa na exploração do ouro.</p> <p>O senhor Ozelino da Paixão Braga era comissário e donode maquinários na volta grande;</p> <p>As primeiras voadeiras começaram a circular fazendo viagens de Altamira até a Ressaca. Os proprietários das primeiras voadeiras eram o senhor Francisco Xavier e o senhor José Pequeno.</p> <p>1984-Foram criados os primeiros bordeis na Ilha da Fazenda. Houve expansão do movimento de extração;</p> <p>1986-População nesse ano alcançou a marca de 200 famílias na Ilha da Fazenda. Foram instalados comércios, a igreja católica e a Assembleia de Deus se instalaram na região. Nesse ano, 5.000 garimpeiros estavam trabalhando nos garimpos do Galo, Japão, Ressaca e Itatá. Ficou-se sabendo que a empresa Oca Mineração erade Propriedade do Senhor Jader Barbalho;</p> <p>1988-Construção de casas de moradores na vila Ressaca. Houve proliferação de malária causando muitas mortes;</p> <p>Início da pesca do Acará. O senhor Doquinha e o senhor Simeão Baleia foram os precursores.</p> <p>1989-Foi descoberto o garimpo Ouro Verde depropriedade do senhor Dilton.</p>
1990-1999	<p>1990-Construção da primeira escola na vila Ressaca, a escola Luiz Rebelo.</p> <p>1993-Reabertura do garimpo do Itatá.</p> <p>1995-A CNN fez pesquisa de minério na região.</p> <p>1997-Foi feito o primeiro concurso municipal em Senador José Porfírio.</p> <p>1998-Reconstrução da escola Luiz Rebelo, construção do posto de saúde e do alojamento na gestão do prefeito Carlos Rebelo.</p> <p>Implantação do projeto Gavião, valorizando o magistério.</p> <p>1999-Primeira turma de LP em Pedagogia da UFPA no município de Senador José Porfírio.</p>

	Foi instalada a energia elétrica do linhão na vila Ressaca. Abertura da estrada Trans Ressaca.
2000- 2009	2001-Expansão do comércio de Acaris e peixes ornamentais. 2003-Construção do posto de saúde e implantação do Ensino Médio na vila Ressaca, na gestão do prefeito Samir Eschrique. 2006-Primeiras reuniões da Norte Energia com a comunidade Ressaca e Ilha da Fazenda e demais comunidades. Na gestão de Cleto José Alves.
2010-2014	2010-A empresa Belo Sun compra da Verena a pesquisa sobre minério da região. Iniciou o fichamento de funcionários para trabalhar na UHE Belo Monte. 2011-Início do aterro do Rio Xingu, para fechar a Volta Grande. Trabalho de terraplanagem no rio. As escolas EMEF Cana Verde e EMEF Luiz Alves foram desativadas. Construção e inauguração da EMEF Maria do Carmo de Farias; 2012-Início da construção da UHE Belo Monte Inauguração da PA Ressaca. Fechou os garimpos Ouro Verde, Galo e Grotta Seca. Entrega do EIA e RIMA – do projeto “volta grande” para extração e beneficiamento do ouro; 2014-Fechamento do canal do Rio Xingu, pela Norte Energia; liberação da Licença previa – projeto “volta grande”.
2015-2021	2017 – Concedido a licença de instalação do projeto “volta grande”; 2018- é suspensa todas as atividades do empreendimento pelo juiz federal de altamira, ate ser licenciado pelo IBAMA; 2019- “a empresa JGP, contratada pela Belo Sun, realizou os estudos de impacto do componente indígena após aprovação do Termo de Referência pela FUNAI”; 2020- Reuniões e consultas aos indígenas; 2021- Reuniões e ações suspensas devido a pandemia do covid-19;

Fonte: Projeto Resgatando Nossa História. Programa Mais Cultura, 2015.

A linha do tempo apresentada sintetiza a trajetória da extração de minérios na Volta Grande do Xingu. As empresas apresentadas no quadro como Oca Mineração, Belo Sun e a empresa Vera são responsáveis por grande parte do minério extraído da Volta Grande, sendo que a principal atividade econômica das comunidades localizadas na VGX é a exploração aurífera, que sustenta toda uma cadeia de serviços e comércio, concentrando a maior parte de infraestrutura na vila Ilha da Fazenda, Garimpo do Galo e Vila da Ressaca (figuras 7 e 8), onde atualmente está localizado o projeto de Mineração Volta Grande, no município de Senador José Porfírio aproximadamente a 50 km da sede do município de Altamira (MAIA, 2017).

Figura 7 e 8 – Vista chegada da Comunidade da Ressaca e Vista chegada da Ilha da Fazenda respectivamente.



Fonte: próprio autor.

Portanto, a Volta Grande, que já sofre as consequências da redução da vazão e de situação de escassez de água, resultado do barramento do rio pela UHE de Belo Monte, terá agravamento dos problemas ambientais e sociais com a extração de minério em larga escala, pois o impacto cumulativo da alteração de vazões na qualidade da água se intensificará.

CAPÍTULO III

O SIGINO DA HEGEMONIZAÇÃO E A DINÂMICA DE TERRITORIALIZAÇÃO DA MINERAÇÃO NA COMUNIDADE DA RESSACA

Este capítulo tem como objetivo a análise das dinâmicas territoriais da mineração na comunidade da Ressaca, essas dinâmicas estão relacionadas a diferentes pontos de interesse no território, consumidos pela lógica capitalista, através do uso dessas áreas por empresas.

3.1. Vila da Ressaca e o processo de territorialização do capital mineral

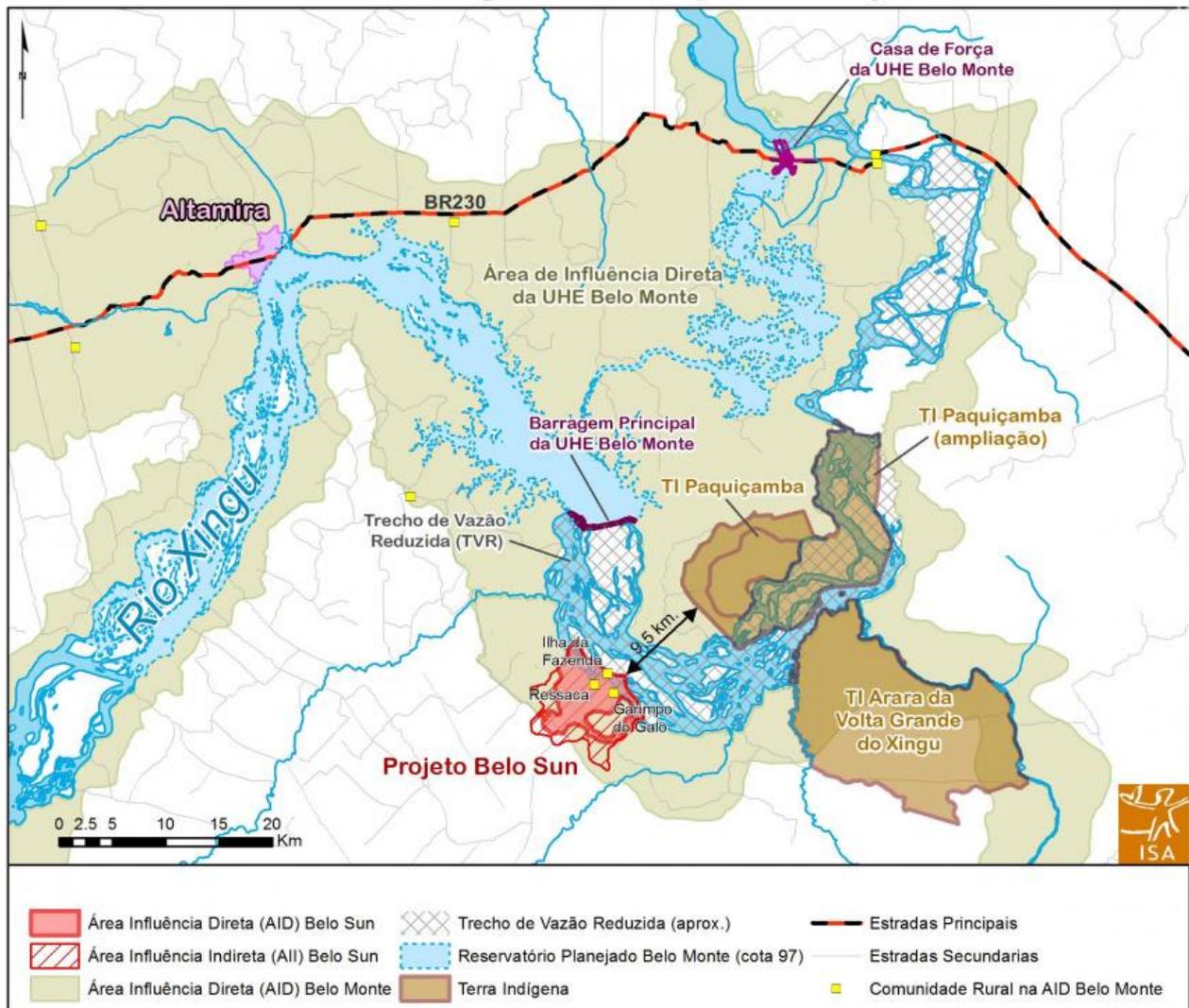
Em meados da segunda metade da década de 2000, ocorre na Amazônia brasileira uma retomada e expansão do capital industrial minerador, diante da conjuntura internacional oportuna para os investimentos externos, e a crescente valorização do metal (ouro) no mercado internacional, bem como, os incentivos fiscais ao setor mineral, como exemplo, Serra Pelada no Pará, a multinacional canadense Colossus, retoma pesquisas nas minas (suspensão).

Já o atual projeto Volta Grande tem a pretensão de realizar a lavra a céu aberto e o beneficiamento do minério de ouro, com a responsabilidade encontra-se a mineradora canadense Belo Sun Mining Ltda, o empreendimento fica no município de Senador José Porfírio (PA), a menos de 50 km da barragem principal da UHE Belo Monte e a menos de 9,5 km da Terra Indígena (TI) Paquiçamba, está situado no Município de Senador José Porfírio, à margem direita do rio Xingu. (figura 10).

A magnitude de seus impactos ainda está sendo discutida por diferentes pesquisadores, as quais apontam, que a área já sofre impactos da instalação e funcionamento da UHE de Belo Monte, a menos de 50 quilômetros da barragem principal, ou seja, Belo Sun, acarretará em novos e somados problemas sociais e ambientais, acirrando conflitos e novos atores sociais. (Palmquist, 2018).

Figura 10- Projeto Volta Grande e sua vizinha.

Volta Grande do Xingu - Localização do Projeto Belo Sun



Fontes: EIA/RIMA Belo Monte, EIA/RIMA Belo Sun, IBGE, FUNAI

Realizado pelo Laboratório de Geoprocessamento do ISA/Altamira, Janeiro de 2013

O projeto Volta Grande entregou seu Estudo de Impacto Ambiental (EIA) em 2012, e o seu Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (RIMA), a licença prévia (LP) foi liberada em 2014, contudo, o Ministério Público Federal, entrou com ação exigindo que os estudos incluíssem o componente indígena em suas análises de impactos. Sendo concedido a licença de instalação em 2017, e logo contestada pela FUNAI (suspensa).

Segundo o estudo de impacto ambiental (BRANDT, 2012), o referido projeto abrange diferentes comunidades, entre elas a da Vila da Ressaca, onde a exploração artesanal mineral já era realizada por longos anos, assim como

atividade agrícolas de subsistência, extrativismo e a pesca artesanal. Discutível é a ação do Estado, ao que tudo indica, aliado do grande capital, articulado as grandes corporações, as transnacionais, facilitando a apropriação do território para os grandes projetos e investidores (públicos e privados). (SANTOS, SILVA e MARIN, 2021). Os símbolos e subjetividades se fazem presentes neste processo, conforme Bordieu, (2000), o poder simbólico é um poder de construção da realidade com suas transformações, dando sentido da realidade social, sendo os símbolos instrumentos das reações sociais no território.

Com isso, os diferentes processos sociais e naturais, são efetivamente a territorialidade, mesmo aqueles ainda no plano das ideias o “imaterial”, traves destes processos da vida social, que temos a territorialidade, englobando a vida social, natureza e os símbolos, conforme elucida Saquet (2004, p.58), “O território é apropriado e construído socialmente, resultado e condição do processo de territorialização; é produto do processo de apropriação e domínio social, cotidianamente”.

Uma análise a partir do território, precisa averiguar como está sendo produzido as condições materiais da reprodução social, territórios estes, preenchidos de símbolos em um dado momento, outro meio da exploração e produção econômica, transformando os signos em interesses de esfera global. (MALHEIRO, 2019).

A expansão do capital global vem transformando os recursos minerais e agrícolas da Amazônia e seus comunidades em commodities, apropriando-se da natureza para a ampliação da lógica capitalista, a natureza é considerada um objeto, uma “mercadoria” que visa atender as exigências humanas, acarretando em diferentes problemas sociais, econômicos e ambientais, como a expropriação de comunidades; o intenso uso de produtos poluentes do solo, e outros, como se essas ações fossem a salvação para o desenvolvimento do país. Marx, 1996; GONÇALVES e MENDONÇA, 2013).

Neste viés, a subjetividade está na territorialidade, em cada detalhe das relações do cotidiano, no trabalho, na escola, no comércio, etc., essas ações e relações que é a territorialidade, formam o território, de uma dada comunidade.

(SAQUET, 2006; 2010). A partir dessas relações que o território é produzido e organizado, com identidade particular, o modo de vida é estabelecido. Com novos símbolos e agentes, como os casos de hidrelétricas e da mineração, essa territorialidade é quebrada, modificada. (SAQUET, 2009.)

Portanto, com o projeto Volta Grande, a territorialidade na comunidade da Ressaca, está se reformulando, a partir de uma nova lógica da natureza/mercadoria, ocorrendo a apropriação do território. O projeto de mineração Volta Grande abrange a comunidade de Ressaca, a referida já foi impactada e ainda sofre com a instalação da UHE de Belo Monte, explorando a riqueza natural, com o signo de melhorias para a região, que trazem impactos negativos, em muitos casos a expulsão de determinada comunidade, é dever do Estado garantir esse direito basilar.

Esses projetos e empreendimento quando se instalam, criam novas conjunturas locais, antes mesmo de sua instalação física, quando ainda está no plano das ideias, do projeto ser aprovado, mudando toda uma realidade social, ocasionando novas territorialidades. É o caso do projeto “Volta Grande”, apresentado em seu EIA com a justificativa de proporcionar a região empregos diretos e indiretos, salientado o discurso do “desenvolvimento”.

A entrada das atividades de extração dos recursos naturais na região da Volta Grande teve início em 1920, com a extração do látex pelos soldados da borracha, vindos do Nordeste. Estes “soldados da borracha”, como eram chamados os nordestinos que foram atraídos para esta região para extrair látex, enfrentaram muitas adversidades. Travaram batalhas com os indígenas que estavam defendendo seu território, enfrentaram diversas doenças tropicais, como malária, febre amarela, pneumonia, além de lidar com mosquitos, piuns e outros insetos comuns na área. (EMERIQUE, 2009).

Hodiernamente, essa busca por desenvolvimento e expansão acarreta sobre as comunidades os seus mais “duros” efeitos negativos, em muitos casos cabendo a estas ficarem a margem do “desenvolvimento” e qualidade vida, conforme Porto Gonçalves (2015), a modernidade que revolve, remonta e extrai

seus minérios, retira suas florestas e inclui, indústrias, tratores em busca do progresso.

3.2. Narrativas da comunidade da Ressaca e suas territorialidades.

A desconsideração dos direitos da comunidade da Ressaca e sua circunvizinhança é uma realidade posta, diante da concessão de licenças sem o olhar atento as particularidades dos comunitários. Do ponto de vista do capital, estes são “invisíveis”, ou obstáculos para o “desenvolvimento” do país, a negação de diversas comunidades como não atingido, configura estas análises pertinentes. (CHAVES, 2018).

Deste modo, faz-se mister ouvi-los, suas apreensões são importantes, como era a comunidade antes dos empreendimentos, quais mudanças foram perceptíveis. O cotidiano na comunidade é cercado de significado e formas, na alimentação o peixe é o principal alimento do ribeirinho, a pesca é realizada para consumo local, utilizando formas artesanais, com anzol e frutas como iscas, as roças em seus quintais complementam a alimentação e o trabalho de muitas famílias. Logo se, evidencia a importância do rio e sua proximidade física e cultural com os comunitários, consoante ao relatório do Conselho Nacional dos Direitos Humanos, realizado em 2017.

“O rio é utilizado como meio de transporte, fonte de alimento, lugar onde se realizam atividades domésticas, espaço de lazer, entre outros usos. Além da relação intrínseca com rio, característica fundamental do modo de vida ribeirinho, as populações habitantes da região também se caracterizam por serem pluriativas, tendo a pesca e o garimpo de ouro como atividades centrais” CNDH,2017.

As diferentes atividades realizadas pelos comunitários deixa explícito os vários ciclos econômicos que a região passou, e que os mesmo, são (re) existência em seu território, suas moradias em sua maioria são construídas com madeira, e adaptam-nas ao ciclos hidrológicos do rio (cheia, enchente, vazante e seca), são as tradicionais palafitas, muito comum nas comunidades amazônicas, são casas altas, com cômodos espaçosos sem muitas divisões, na fala do

morador em uma entrevista para pesquisa, observamos a diferentes atividades realizadas: “Sou garimpeiro. Cheguei no garimpo em 81, daí pra cá nunca mais parei. Trabalho na roça, de operador de máquina, trabalho de outras coisas assim. As vezes vou pra pesca também, não pra vender, mas para o meu sustento”, (morador da vila Ressaca, 2020).

Figura11 - Moradias/ Palafitas as margens do rio.



Fonte: autor,2020.

Ressaltamos assim, a diversidade da própria comunidade, onde alguns moradores são “natos” da região e outros advindo pela disputa do ouro. Os relatos dos comunitários a respeito da tranquilidade em relação a roubos é sempre positivo, “janelas e portas abetas”, a relação de vizinhança e parentesco contribui para a manutenção do bem-estar local.

“Porque hoje aqui existe, primeiramente quem era o dono daqui foram os indígenas, depois passou os ribeirinhos, sei que você é filha daqui seu país são filhos daqui. Então esses são os legítimos.

E nós que viemos pra garimpar, aí que hoje já estamos morando, e que eu já tô com 28 anos aqui dentro, e outros que já tão com 30, com 40, então nós gostamos da região”. (Morador,2020).

“É um lugar que a gente tem uma vida e é um lugar que tem, [...] segurança. Aqui você deixa um tambor desse cheinho de gasolina, com a porta aberta aí, a chave na ignição, carro com a porta aberta. Se não for uma galinha que entrou ou um gato pra deitar dentro, ou um cachorro. Que pra dizer assim, roubaram, aqui não tem” (Morador,2020).

Para Ferreira e Ferreira (2012), fazendo uso do “pretexto de organizar o desenvolvimento econômico regional”, os territórios são subordinados às decisões do Estado em utilizar o lugar para fins estratégicos de articulação econômica, mas que sob uma ótica mais detalhada, torna as grandes áreas produtivas no setor da mineração, em pontos-chaves de exportação de matéria-prima para os países em crescimento.

Segundo Palheta da Silva e Medeiros (2014, p. 183) “os interesses econômicos internacionais contrastam com a pobreza local. Rica em minerais e outros recursos naturais a Amazônia paraense convive com quase completo abandono de ordem legal por parte do Estado para manutenção de suas sociedades”.

A comunidade busca sua legitimação e a garantia de seus direitos basilares, organizam em diferentes frentes como os garimpeiros se apresentam com a cooperativa (figura 12), ganharam representatividade diante do Ministério Público, bem como, contam com a “voz” de outras entidades na luta por seus territórios.

Figura 12- Instalações da cooperativa de garimpeiros.



Fonte: autor, 2020.

Deste modo, a circulação de pessoas em busca de postos de trabalho é muito comum em área de exploração de minério. De acordo com Ferreira e Ferreira (2012), a instalação de mineradoras passa a exercer profunda influência nas comunidades em seu entorno, principalmente no setor de serviços. Com isso aumenta o fluxo de atendimento no comércio (figura13), nas escolas, nos hospitais, entre outros, polarizando uma vasta região administrativa.

Figura 13 – Área comercial na comunidade de Ressaca



Fonte: autor, 2020.

Diferentes autores debatem a “ausência de planejamento [...] especialmente após os impactos dos grandes projetos”. A explosão demográfica nas áreas de extração é ocasionada pelo excesso de procura de postos de trabalho, pois “a instalação desses projetos atrai para os territórios dos municípios diversos trabalhadores em busca de empregos, que num primeiro momento, quando são incorporados, viabilizam a obra de exploração” (SILVA e SILVA, 2016, p. 145).

Figura 14 – Escola Municipal Luiz Rebelo



Fonte: autor,2020.

A infraestrutura local está em sua maioria concentrada na vila da Ressaca e Ilha da Fazenda, bem como, os serviços públicos de saúde e escolas. O atendimento é feito em sua maioria pela Agente Comunitária de Saúde, e eventualmente por médicos. Na escola, é fornecido ensino da 1ª a 8ª série do Ensino Fundamental.

Palheta da Silva e Medeiros (2014, p. 184) argumentam que “se as políticas e ordenamento territorial forem construídas sem a efetiva participação da sociedade civil nada teremos de novidade, senão a legitimação do processo de exterminação dos recursos humanos e naturais, acirrando ainda mais os conflitos na região e no estado do Pará com a falta de participação dessa sociedade”. É neste ponto que reside a preocupação dos moradores da região da Volta Grande do Xingu, uma vez que as decisões relativas ao destino do território onde eles residem dependem da vontade política dos governos e das grandes empresas interessadas em explorar os recursos naturais da região.

3.3. Projeto “Volta Grande” e possíveis impactos.

A comunidade da Ressaca contém aproximadamente 300 famílias, com suas particularidades e modo de vida, seja na agricultura, no garimpo e na pesca, assim, a aproximação que sentem com o rio e natureza é de grande relevância nos estudos e análises, devem ser levados em conta, a maior parte de suas atividades e locomoção estão ligados diretamente com o rio, sendo impactadas (ictiofauna) por diferentes empresas e atores, como a UHE de Belo Monte. Hodiernamente, a comunidade é o lócus de um novo empreendimento, um projeto de mineração, de grande magnitude.

Um dos principais pontos questionáveis da pesquisa Brandt Meio Ambiente 2016, a respeito do projeto Volta Grande é o armazenamento permanente de 35,43 milhões de metros cúbicos de rejeitos, com altura de 44 metros, isso as margens do rios Xingu, que pode significar uma séria ameaça, o segundo ponto é o uso do cianeto na lavra do ouro para facilitar sua lixiviação (separação), “ em um cenário de rompimento da barragem, os rejeitos cobririam 41 quilômetros ao longo do rio Xingu”, isso em uma perspectiva mais branda. HEMERMAN, 2021.

Na fase de implantação de um projeto desse porte, um dos primeiros impactos é a qualidade do ar, devido ao uso de maquinários pesados, posterior podemos citar, o impacto direto ao solo e água com o uso de resíduos químicos, para a lavra do ouro, além da movimentação e desagregação do solo nas minas, temos a retirada da vegetação, expondo esse solo a maiores condições de erosão,

esses são apenas alguns dos efeitos negativos que a comunidade pode sofrer. ALMEIDA2020, SANCHEZ, 2010.

Ao não considerar a subjetividade da comunidade e suas relações com meio em que vivem, de acordo com a pesquisa do próprio EIA, nos dados censitários do IBGE, Senador José Porfírio possui mais da metade da população (50,40%) residindo em áreas rurais, ou seja, uma relação direta com o rio, com a floresta, na pesca, no lazer, na locomoção, nas atividades diárias, dependem “economicamente” e “socialmente” desses recursos. (EIA, 2012).

O desmatamento dentro do município é uma crescente conforme Fio Cruz e Silva, 2019. Evidenciando as cicatrizes dos projetos de mineração e a consequente atração da população para as comunidades ao redor.

“Em cinco anos, de 2013 a 2017, o desmatamento no município de Senador José Porfírio aumentou mais de 500%...Em cinco anos, de 2013 a 2017, o desmatamento no município de Senador José Porfírio aumentou mais de 500%. Entre os anos de 2009 a 2011, o desmatamento atingiu cerca de 15% da área do município (por volta de 2000 km²). Em apenas seis meses, entre agosto de 2017 a janeiro de 2018, foram desmatados 330 km²” (FIO CRUZ,2019,p.25)

Destarte, os impactos oriundos da construção da usina hidrelétrica de Belo Monte e os diversos grandes projetos, implantados na Amazônia em busca do progresso, são somativos e cumulativos, sentidos pelas comunidades aliadas de seus direitos fundamentais de poder ser e exercer seu modo de vida em seus territórios. Comunidades estas que precisam e lutam pelo direito de voz e vez.

CONSIDERAÇÃO FINAIS

Nesta pesquisa pudemos mostrar as preocupações e questionamentos dos moradores da Volta Grande do Xingu, com a instalação de grandes mineradores na região, bem como, a presença de outros projetos já consolidados e com diferentes impactos já mapeados, como a Usina Hidrelétrica de Belo Monte. De acordo com pesquisas geológicas que mapearam toda a área, existe toneladas de ouro no subsolo, e a empresa Belo Sun adquiriu o direito de extrair o minério existente no local, objeto deste estudo. Durante as entrevistas feitas com moradores da vila Ressaca, localidade às margens do Rio Xingu, que tem um histórico de extração de ouro de décadas, foram verificadas várias situações da percepção e alteração no Território e no modo de vida da comunidade.

Destacamos apenas algumas, pois há muitos pontos que dão margem para pesquisas posteriores. Dos pontos que verificamos, o primeiro é que existe muito minério na região, isso é um fato comprovado por pesquisas geológicas nacionais e internacionais, como o projeto Polamazônia. Esse fato atrai a atenção de empresas mineradoras de grande porte para trabalhar na extração do minério existente na região.

O segundo ponto é que a empresa mineradora Belo Sun adquiriu o direito de extrair o minério da Volta Grande do Xingu e tomou a iniciativa desde 2012 de comprar as pesquisas da empresa Verena, e de comprar as terras onde estão os principais garimpos da região, e onde os garimpeiros moradores da comunidade trabalhavam há décadas, e em muitos casos esses trabalhadores e moradores locais não foram ouvidos, ficaram à margem do processo, sem voz.

O terceiro ponto é que com a aquisição dos direitos de extração pela empresa Belo Sun, garimpos foram fechados e os garimpeiros foram impedidos de trabalhar com extrações na área da Volta Grande. Desse ponto, resulta problemas financeiros para os moradores da vila Ressaca, que segundo entrevistados, muitas famílias estão passando por necessidades, não tendo de onde tirar o próprio sustendo, vivendo de doações e da pesca artesanal que já sofre modificações, diante de projetos anteriores instalados na região como a Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

O quarto ponto diz respeito a realocação dos moradores da região. Esse ponto ficou cheio de lacunas, uma vez que os entrevistados não tem certeza se serão realocados ou não. Foi mencionado sobre indenizações dos moradores, mas nesse ponto a empresa ainda não se manifestou para dar uma posição aos interessados, e o escritório da empresa existente na comunidade, encontra-se fechado há dois anos.

Em suma, as considerações que podem ser apresentadas a partir dos pontos expostos acima, são similares as apresentadas nas pesquisas feitas nas áreas onde a empresa Vale, faz explorações e que foi citada pelo Entrevistado 3. 78 A hipótese levantada nesta pesquisa, de que os grandes empreendimentos na Amazônia, em destaque o projeto na Volta Grande do Xingu provocam conflitos socioterritoriais foi confirmada.

Uma vez que o território é usado como recurso, conforme as necessidades, interesses dos diferentes atores sociais. Em contra partida a esse modelo de projeto, a comunidade da Ressaca reivindica e se organiza no que tange a prejuízos possíveis a partir da implantação da mineradora, no qual as condicionantes na visão da comunidade restringem não só o uso do território, mas seu modo de vida tradicional.

O objetivo proposto inicialmente nessa pesquisa foi alcançado, uma vez que, foi feita a análise e o diagnóstico dos impactos socioeconômicos territoriais provocados pela atividade de mineração da empresa Belo Sun no município de Senador José Porfírio no estado do Pará, e suas repercussões na dinâmica do desenvolvimento regional. Os elementos para crítica das mudanças territoriais sociológicas na Amazônia, em destaque a região da Volta Grande do Xingu decorrentes das instalações de empresas de grande porte para exploração de minérios carece ainda de grandes reflexões, que permitam interrogar a história de grandes empreendimentos na região, e também criar possibilidades de fazer diferentes interpretações, com um leque maior de direcionamentos.

Destarte, os impactos já são perceptíveis e incalculáveis, os signos se mostram, antes mesmo de sua instalação O Projeto Volta Grande já atrai uma significativa população para essas regiões em busca de trabalho, que demandam de serviços e políticas públicas. Diferentes análises já foram realizadas e

evidenciam que com a construção do projeto, os impactos sociais e ambientais, vão desde de a poluição do ar, desmatamentos, modificação na fauna e no solo, desemprego, demanda de serviços de saúde, escolas e outros.

A subjetividade do lugar e dos comunitários é deixada de lado, transformando-os em empecilhos para o chamado desenvolvimento Nacional. A luta das diferentes comunidades atingidas é por reconhecimento e o básico, esclarecimentos, os mesmos não são ouvidos, suas narrativas e modo de vida são desconsiderados diante do grande capital global e do objetivo do capitalismo que visa o lucro, alijando-os do processo, cabendo aqui os impactos negativos da instalação dos grandes projetos na Amazônia.

Ressaltamos que os referidos impactos analisados ao longo da pesquisa são cumulativos, daí a necessidade de políticas públicas e planejamento para a região, mediante a instalação de um projeto de tamanha estrutura e produção de rejeitos. Pensar em desenvolver pra quem? E para quê? Os EIAs e RIMAs necessitam ser debatidos, a fim de que sejam, mais humanizados e não suavizados, onde todos os impactos e seus diferentes graus sejam considerados.

REFERÊNCIAS:

ALBRECHTS, L. **Strategic (spatial) planning reexamined. Environment and PlanningB: Planning and Design.** London, 2004.

ALMEIDA, FABIO SOUTO. **Impactos ambientais de grandes empreendimentos no Brasil,** Rio de Janeiro, 2020.

ALVES, F ; GONÇALVES, A. C. O. ; CORNETTA, A ; BARBOSA, L. J. G. ; OLIVEIRA, M. A. M. . **Relatório Territorial da Região do Médio Xingu. 2015. (Relatório de pesquisa).**

ALVES, L. S. F. **Culturas de ordenamento territorial: conceituações e perspectivas histórico analíticas.** Mercator, Fortaleza, v. 13, n. 3, p. 63-73, set./dez.2014.

BECKER, B. K. **Geopolítica da Amazônia.** Estudos avançados, 2005.

BECKER, B. K. **Novas territorialidades na Amazônia: desafio às políticas públicas.** Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum., Belém, v. 5, n. 1, p. 17-23, jan.- abr. 2010.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico.** 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

CARVALHO, T. S.; DOMINGUES, E. P. **Projeção de um cenário econômico e de desmatamento para a Amazônia Legal brasileira entre 2006 e 2030.** Nova Economia. v.26 n.2 p.585-621 2016.

CHAVES, K. A. **Agora o rio vive seco: populações tradicionais, exceção e espoliação em face da instalação de grandes projetos na Volta Grande do Xingu.** 2018.

HERRERA, J. A.; SANTANA, N. C. **Empreendimento hidrelétrico e famílias ribeirinhas na Amazônia: desterritorialização e resistência à construção dahidrelétrica Belo Monte, na Volta Grande do Xingu.** Geosp – Espaço e Tempo (Online), v. 20, n. 2, p. 250-266, mês. 2016. ISSN 2179-0892.

KOHLHEPP, G. **Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira.** In: Estudos Avançados. Instituto de Estudos Avançados / USP. Volume 16, número 45. São Paulo. 2002, p. 31-36.

MAIA, R. E. F.; GUERRA, G. A. D. ; CALVI, M.F. . **Dilemas do processo de desterritorialização de famílias atingidas por grandes projetos na Volta**

Grande do Xingu, Pará, Brasil. REVISTA NERA (UNESP), v. 20, p. 195-215, 2017.

MOREIRA, R. P.; HERRERA, J. A. **Ordenamento territorial e criação dos**

RUC: uma leitura geográfica a partir dos impactos no Baixão do Tufi em Altamira

– Pará. v. 4, n. 12 p. 32-44, 2018.

NETO, JOSÉ QUEIROZ DE MIRANDA; HERRERA, JOSÉ ANTÔNIO . Altamira-PA: **novos papéis de centralidade e reestruturação urbana a partir da instalação da UHE Belo MonteAltamira** - PA: Nouvelle donne de la centralité et de la restructuration urbaine depuis l'arrivée de la CHE (Centrale Hydro Electrique) de Belo MonteAltamira-PA: New central role and urban restructuration since the arrival of Belo Monte's Hydropower. Confins (Paris), v. 1, p. 28, 2016Secretaria de Turismo do Pará. Festival Folclórico do Gambá – Festa de São Benedito. <http://www.setur.pa.gov.br/eventos/festival-folclorico-do-gamba-festa-de-sao-benedito-0> Acessa do em 12.08. 2021.

PORTO GONÇALVES, C. W. **Amazônia, Amazônias.** 3. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

SANTOS, M. *et al.* **O papel ativo da geografia: um manifesto.** XII Encontro Nacional de Geógrafos, Florianópolis, 2000.

SAQUET M., **O território: diferentes interpretações na literatura italiana**, In: SPOSITO, E., M. SAQUET e A. RIBAS, (Org.), **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens, Francisco Beltrão, Edunioeste**, 2004, p.121-147.Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Niterói/RJ: POSGEO/UFF, 439p

SANTOS. T. BELO MONTE: **IMPACTOS SOCIAIS, AMBIENTAIS, ECONÔMICOS E POLÍTICOS.** Revista de la Facultad de Ciencias Económicas y Administrativas. Universidad de Nariño Vol. XIII. No. 2 - 2do. Semestre 2012, Julio - Diciembre - Páginas 214-227.

ZUANON, JANSEN; SAWAKUCHI, A. O. ; CAMARGO, M. ; WAHNFRIED, I. ; SOUSA, LEANDRO M. ; AKAMA, Alberto ; Janice Muriel Cunha ; RIBAS, C. X. ; DHORTA, F. ; PEREIRA, T. ; LOPES, P. ; MANTOVANELLI, T. ; LIMA, T. S. ; GARZON, B. R. ; CARNEIRO, C. ; REIS, C. P. ; ROCHA, G. ; SANTOS, A. L. P. ; PAULA, E. M. S. ; PENNINO, M. G. ; PEZZUTI, J. . **Condições para a manutenção da dinâmica sazonal de inundação, a conservação do ecossistema aquático e manutenção dos modos de vida dos povos da volta grande do Xingu.** PAPERS DO NAEA (UFPA), v. 28, p. 20-62, 2020.

Anexo I - Diferentes registros das comunidades



Autor: Gustavo Gazola



Autor: Gustavo Gazola



Autor: Gustavo Gazola



Autor: Gustavo Gazola



Autor: Gustavo Gazola



Autor: Gustavo Gazola